

Revista **Socialismo e Liberdade** nº19 | 2017

**“É preciso retomar
nossas tradições
socialistas, anti-
imperialistas e
revolucionárias”**

Entrevista de Cláudio Katz
a Nildo Ouriques

**Auditoria da dívida
pública em debate**

Beatriz Meirelles, Paulo Kliass
e Rodrigo Ávila

**Quanto vale realmente o
agronegócio brasileiro?**

Jean Marc van der Weid

**Existe pecado do lado
debaixo do equador: o
Norte e a invisibilidade
da dor**

Lívia Duarte

**O Brasil e a Segunda
Contradição do
Capitalismo:
Considerações**

Ary Carvalho de Miranda

**Empoderamento:
projeto do capital
ou de resistência?**

Antônia Andrade



Presidente
Juliano Medeiros

Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg

Diretor Técnico
Gilberto Maringoni

Conselho Editorial

Áurea Carolina

Chico Alencar

Cid Benjamin

Denise Gentil

Edmilson Rodrigues

Glauber Braga

Guilherme Boulos

Ivan Valente

Jean Wyllys

José Paulo Neto

Luciana Araújo

Luciana Genro

Luiz Araújo

Luiza Erundina

Marcelo Freixo

Maria Rita Kehl

Michael Löwy

Milton Temer

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Comitê Executivo: **Carolina Peters, Cid Benjamin, Frederico Henriques, Juliano Medeiros, Luciana Araújo, Luiz Arnaldo Dias Campos e Milton Temer**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (MTb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin e Rodolfo Vianna**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br. [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 10 mil exemplares.

EDITORIAL	3
Juliano Medeiros	
“É PRECISO RETOMAR NOSSAS TRADIÇÕES SOCIALISTAS, ANTI-IMPERIALISTAS E REVOLUCIONÁRIAS”	4
Entrevista de Cláudio Katz a Nildo Ouriques	
O BRASIL SOB O IMPÉRIO DA INFÂMIA E A FORÇA DA MULTIDÃO INQUIETA	8
Edmilson Rodrigues	
GRAMSCI REVISITADO: UMA PERSPECTIVA DA CRISE BRASILEIRA	12
Frederico Henriques	
AUDITORIA DA DÍVIDA EM DEBATE	
A AUDITORIA DA DÍVIDA É O CAMINHO PARA ENFRENTAR O RENTISMO?	16
Beatriz Meirelles	
A QUESTÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA	18
Paulo Kliass	
POR QUE A AUDITORIA DA DÍVIDA INCOMODA TANTO?	20
Rodrigo Ávila	
QUANTO VALE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?	22
Jean Marc von der Weid	
EXISTE PECADO DO LADO DEBAIXO DO EQUADOR: O NORTE E A INVISIBILIDADE DA DOR	27
Lívia Duarte	
O BRASIL E A SEGUNDA CONTRADIÇÃO DO CAPITALISMO: CONSIDERAÇÕES	30
Ary Carvalho de Miranda	
“ESCOLA SEM PARTIDO” E A SOCIABILIDADE DO CAPITAL	34
Rodrigo da Silva Pereira	
SAÚDE E CRISE DA DEMOCRACIA: POR UMA REFORMA SANTITÁRIA QUE RECUPERE O SUS CONSTITUCIONAL	37
Ronaldo M. Gomes	
EMPODERAMENTO: PROJETO DO CAPITAL OU DE RESISTÊNCIA?	40
Antônia Andrade	
#OCUPEESTELITA: REFLEXÕES SOBRE CULTURA E LUTA PELA CIDADE	44
Leonardo Cisneros	
1917-2017: CEM ANOS DE LUTA DE CLASSE	48
José Luis del Roio	
RESENHA: “A GREVE DE 1917 - OS TRABALHADORES ENTRAM EM CENA”, DE JOSÉ LUIS DEL ROIO	51
Jane Barros	
O CAPITAL DE MARX: QUEM MAIS CRITICA SÃO OS QUE NUNCA LERAM	52
Afrânio Boppré	
O QUE RESTA DE SOCIALISMO NA RÚSSIA? IMPRESSÕES LIGEIRAS DE UMA VIAGEM AO LESTE EUROPEU	54
Gilberto Maringoni	



E D I T O R I A L

O número 19 da revista *SOCIALISMO e LIBERDADE* vem a público apenas alguns dias após a votação da primeira denúncia contra o ilegítimo presidente Michel Temer. Por ora, ele continua ocupando o cargo usurpado de sua antecessora. No entanto, o rechaço popular às políticas de seu governo e os depoimentos de ex-aliados dispostos a revelar o esquema criminoso liderado pelo PMDB podem mudar sua sorte na votação das próximas denúncias que serão apresentadas pela Procuradoria-Geral da República. Por ora, cabe aos setores democráticos ampliarem a mobilização para abreviar o mais rapidamente possível a agenda de retrocessos do governo Temer.

Uma possível queda do presidente ilegítimo, no entanto, não significa o fim da luta em defesa da democracia. Com o afastamento de Temer devemos acentuar a defesa de eleições diretas e por um programa que transforme radicalmente as bases econômicas e sociais do nosso país. Para colaborar com essa reflexão, trazemos uma entrevista exclusiva com o economista argentino Cláudio Katz, concedida ao professor Nildo Ouriques. Nela, Katz analisa os efeitos da crise do neodesenvolvimentismo na América Latina e a necessidade de um programa que aponte um balanço crítico das experiências lideradas por Lula e Dilma, no Brasil, e pelo casal Kirchner, na Argentina.

Buscando compreender o cenário de crise política que vive o país, dois artigos analisam os impasses nos quais que a manutenção do governo Temer joga o país. O primeiro, escrito pelo professor, deputado federal e ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, aborda os efeitos nefastos do projeto golpista para o Brasil. O segundo, de autoria de Frederico Henriques, dirigente do PSOL e membro do Comitê Executivo da revista *Socialismo e Liberdade*, revisita a obra de Antônio Gramsci, 80 anos depois de seu falecimento, para apontar as perspectivas da crise brasileira. Aliás, é também sobre o legado do pensador italiano que a professora Antônia Andrade, em seu artigo, analisa o conceito de “empoderamento” e seu lugar no movimento feminista.

Ainda sobre nossa realidade, temas importantes para a formulação de um programa alternativo como o papel do agronegócio no atual modelo econômico brasileiro, o desmonte do Sistema Único de Saúde, o papel do movimento “Escola sem Partido” e a invisibilidade da violência no Norte do país, são analisados

respectivamente por Jean Marc van der Weid, Ronaldo Gomes, Rodrigo Pereira e Livia Duarte.

Para aprofundar o debate em torno da dívida pública, três ensaios com diferentes pontos de vista foram um “dossiê” preparado por três economistas de esquerda: Rodrigo Ávila, Beatriz Meirelles e Paulo Kliass.

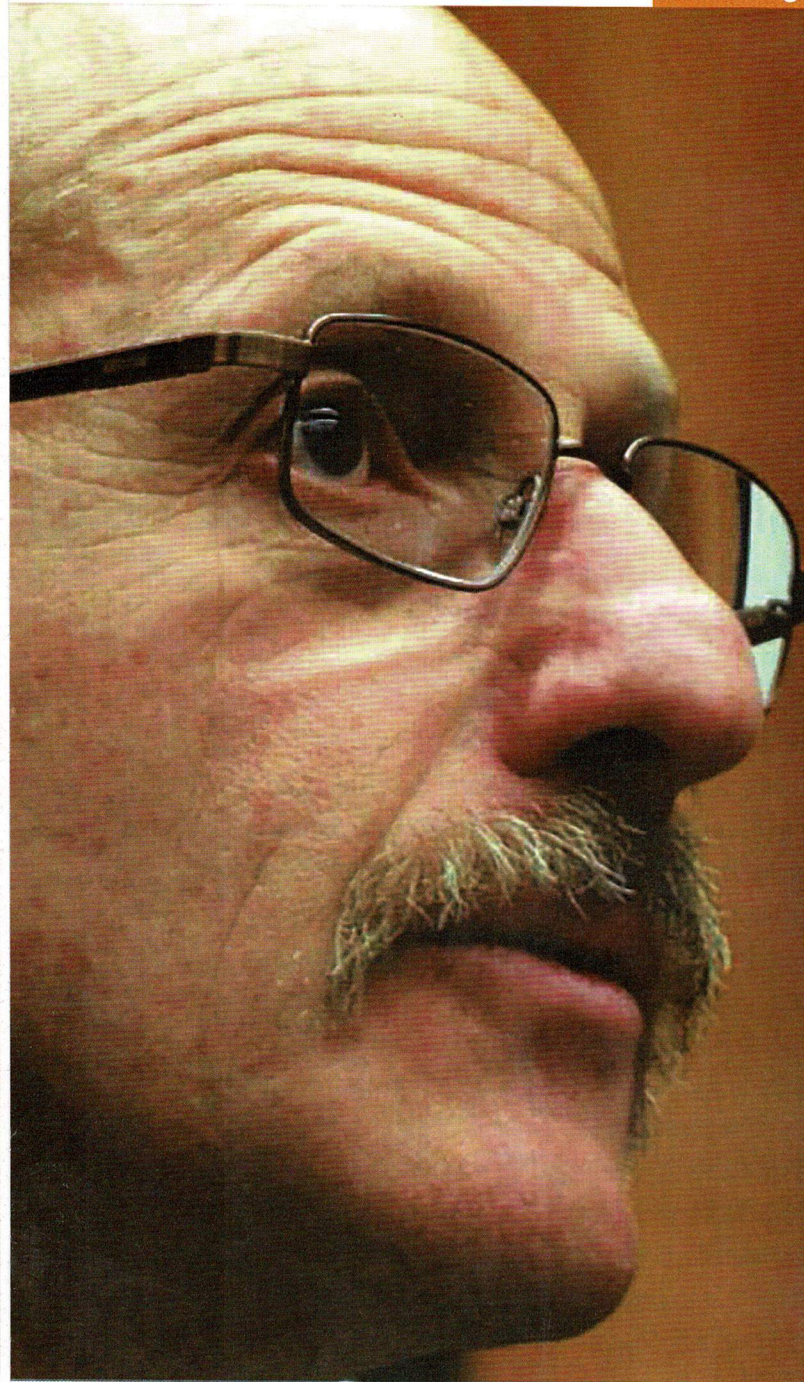
Para render nossa homenagem aos fatos históricos que marcaram a trajetória do movimento operário, trazemos dois excelentes ensaios nesta edição. No primeiro, José Luiz Del Roio e Jane Barros destacam a importância da grande greve de 1917. No segundo, Afrânio Boppré analisa a atualidade de *O Capital*, de Karl Marx, que completa 150 anos. Ainda abordando aspectos históricos, o ensaio de Gilberto Maringoni analisa, direto da Rússia, o legado da Revolução de Outubro. Para completar essa edição temos, ainda, excelente artigo de Ary Miranda, analisando a relação entre capitalismo e meio ambiente, e o ensaio de Leonardo Cisneros, que relembra o aniversário de cinco anos do movimento Ocupa Estelita, marco na luta contra a especulação imobiliária em Recife.

Por fim, não posso deixar de referir-me ao erro cometido na edição anterior da revista *SOCIALISMO e LIBERDADE*. Em nota publicada nas redes sociais da Fundação Lauro Campos, o Comitê Executivo da revista lamenta profundamente a ausência de mulheres na edição de número 18 e faz uma autocrítica pública por esse deslize imperdoável.

Como presidente da Fundação Lauro Campos, assumo a responsabilidade que me cabe neste episódio. Parafraseando a nota divulgada em nosso site, “o reconhecimento de um erro é condição necessária para o amadurecimento da luta política. O Comitê Executivo da revista se desculpa e reitera seu compromisso com a luta feminista e os movimentos de mulheres, por uma sociedade mais justa e igualitária, marchando sob as esperanças bandeiras do socialismo e da liberdade”. Nosso compromisso segue sendo o de fazer da revista *SOCIALISMO e LIBERDADE* um instrumento a serviço de toda a esquerda brasileira, particularmente aquela que reconhece na pluralidade de vozes a melhor forma de enriquecer nosso olhar sobre o mundo.

Juliano Medeiros

Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos



**“É preciso retomar
nossas tradições
socialistas,
anti-imperialistas
e revolucionárias”**

Claudio Katz
Entrevista a Nildo Ouriques

Claudio Katz é amizade antiga, mas deste século. No entanto, tivemos coincidências imediatas. O rigor e a calma de suas exposições constituem marca registrada e motivo de admiração por onde passa. É marxista de fino estilo e formação. Atento analista da vida latino-americana e mais um daqueles intelectuais argentinos de cultura ampla - fenômeno muito raro entre os economistas cuja formação está marcada pela estreiteza intelectual e o desprezo pela realidade, ele respondeu a nossas perguntas logo após um giro pela Espanha e numa brecha de seu ativismo político na Argentina. (N.O.)

“A abertura comercial, as privatizações e a regulação financeira dos anos 90 levaram à grande quebradeira econômica do princípio do século XXI”

Por que o desenvolvimentismo voltou na América Latina? A onda “neodesenvolvimentista” recente (Lula, Cristina, Rafael Correa etc) não carece das bases econômicas e políticas da antiga utopia burguesa, representada pelo projeto cepalino?

O neodesenvolvimentismo surgiu como resultado direto da crise generalizada gerada pelo neoliberalismo, que o precedeu. A abertura comercial, as privatizações e a regulação financeira dos anos 90 levaram à grande quebradeira econômica do princípio do século XXI. Várias rebeliões populares colocaram abaixo governos direitistas

e interromperam ajustes do FMI. Essas rebeliões na Venezuela, na Bolívia, no Equador e na Argentina modificaram a correlação de forças na região e facilitaram o denominado ciclo progresista. O neodesenvolvimentismo foi especificamente a orientação econômica dos governos Lula-Dilma, Kirchner e Correa no contexto de crescimento. Políticas econômicas expansivas, estabilidade financeira e derrota do projeto imperial da Alca (Aliança para o Livre Comércio das Américas). Foi uma tentativa de retomar a industrialização com maior intervenção estatal e medidas heterodoxas, com a intenção de reduzir a disparidade tecnológica e copiar o modelo seguido pelo Sudeste Asiático. Porém, diferentemente do desenvolvimentismo clássico, se pretendeu desenvolver esse projeto por meio de alianças com o agronegócio e o resultado foi decepcionante. Em nenhum terreno foram obtidos os resultados pretendidos. Renunciou-se à introdução de mudanças estruturais necessárias em nossos países para superar o subdesenvolvimento e agravou-se a dependência das exportações de produtos primários. O fracasso é muito visível no caso argentino. O kirchnerismo se negou a implementar o controle estatal do comércio exterior. Confiou especialmente na capacidade de investimento de grandes empresários que utilizaram subsídios públicos para a fuga de capitais, sem realizar qualquer dos empreendimentos prometidos. No Brasil, no mesmo período, o consumo aumentou, mas as desigualdades sociais persistiram e houve um retrocesso da indústria. Além disso, os privilégios ao capital financeiro foram mantidos e se consolidou a primazia do agronegócio, o que sufocou qualquer esperança de transformação agrária progres-



Dilma e Cristina Kirchner

“A estrutura primarizada de nossa economia não se modificou, pois se mantiveram os privilégios dos grupos dominantes. Existiram mais continuidades do que mudanças”

sista. Tampouco em escala regional foram implementados projetos neodesenvolvimentistas de integração. O banco regional, o fundo de reserva e a coordenação de um sistema cambial ficaram no papel e o Banco do Sul não avançou. No lugar de uma negociação coordenada com a China, cada governo assinou acordos unilaterais que elevaram o endividamento e levaram a crescentes limitações comerciais.

Quais foram as causas da crise desse modelo e do avanço da direita em quase todo o continente? As limitações do neodesenvolvimentismo estão entre as causas do avanço da direita?

Sim. Precisamente pelas limitações que apontei, o período neodesenvolvimentista não foi uma etapa pós-liberal. As transformações careceram da solidez necessária para deixar para trás o neodesenvolvimentismo. Por isso, o qualificativo de “pós” não é adequado para descrever este ciclo. A estrutura primarizada de nossa economia não se modificou, pois se mantiveram os privilégios dos grupos dominantes. Podemos afirmar que existiram mais continuidades do que mudanças. Certamente o neodesenvolvimentismo facilitou melhorias no plano social, maior consumo e certo crescimento. Porém, esses fenômenos já tinham ocorrido em outros ciclos de reativação e valorização exportadora e depois se diluíram quando se esgotou a conjuntura exterior favorável. Alguns economistas se iludiram com a perspectiva de “aproveitar a globalização” para melhorar a colocação relativa das nossas economias na divisão internacional do trabalho. Acreditaram que o subdesenvolvimento só obedecia a causas internas, imaginaram trajetórias seguras para a acumulação

e esqueceram o lugar dependente da América Latina no capitalismo global. Na suposição de que o capitalismo oferecia grandes espaços para políticas de inclusão, descartaram estratégias para superar o sistema. Apostaram no capitalismo redistributivo, desconhecendo os desequilíbrios e as agressões contra os trabalhadores gerados pela própria acumulação de capital. Pensaram que com o capitalismo de estado seriam evitados os obstáculos do capitalismo privado e imaginaram que os burocratas poderiam definir um roteiro que fosse seguido por empresários obedientes. A crise do neodesenvolvimentismo desnudou essas fantasias e confirmou a impossibilidade de um capitalismo humano. Também mostrou como o naufrágio desse projeto ilusório induz a heterodoxia a uma resignação conservadora.

O que dizer da burguesia industrial em nossos países. A meu ver perdeu a força econômica e a liderança política que tinha há três décadas. Se estou certo, por que isso aconteceu?

Sim, é verdade. Creio que o itinerário político seguido pelos governos neodesenvolvimentistas ilustra essa regressão. A direita agora recupera a hegemonia porque os modelos progressistas ampliaram direitos, porém fizeram reformas completamente insuficientes, mantendo o velho sistema político de alianças e a corrupção. Além disso, falharam em sua relação com o movimento popular. Quando se diluiu o colchão da política fiscal para financiar o assistencialismo e a distensão social, perderam a bússola e se assustaram diante dos protestos. Em vez de reconhecer a insatisfação popular, se afastaram das mobilizações de massa e permitiram à direita fazer demagogia



Michel Temer e Macri

“O agravamento das dificuldades econômicas no plano internacional vai reforçar a subordinação política e econômica das classes dominantes latino-americanas ao poder imperial”

em torno às demandas sociais.

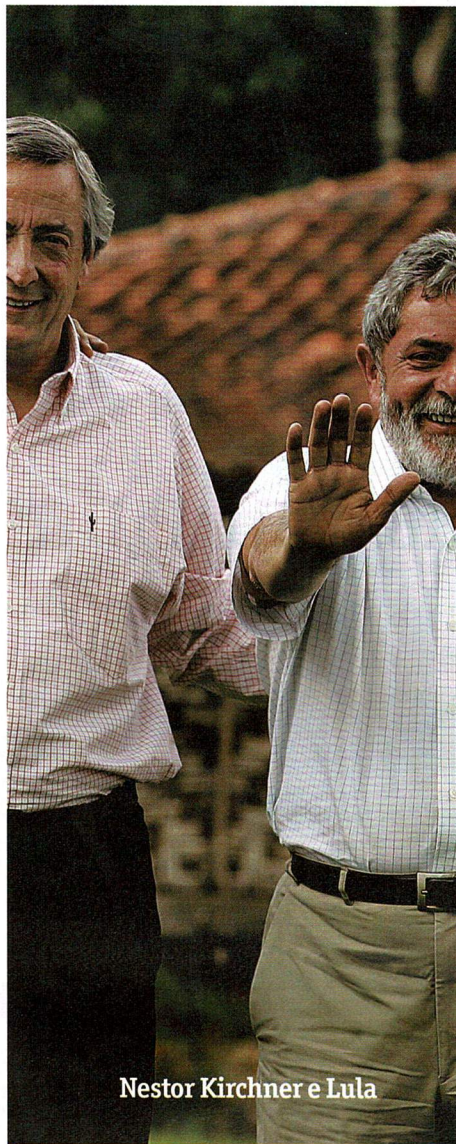
Como você vê o futuro econômico se a burguesia industrial perde força econômica e capacidade de liderança na América Latina?

Creio que o agravamento das dificuldades econômicas no plano internacional vai reforçar a subordinação política e econômica das classes dominantes latino-americanas ao poder imperial. A prosperidade da década passada ficou para trás e desde 2012 foi aberto um ciclo recessivo econômico descomunal. O Brasil, por exemplo, padeceu nos últimos anos de um retrocesso descomunal! Os preços das matérias primas oscilam entre novas quedas e recuperações leves, sem retomar os níveis da década anterior. As remessas dos imigrantes e o investimento externo retrocedem e a previsível elevação da taxa de juros nos Estados Unidos limita a vinda de capitais. Ao fim de um longo processo de reprimarização, não somente a indústria local retrocede. A crise bate duro também nas empresas transnacionais de origem latino-americana. Por isso aparece a corrupção da Odebrecht. O escândalo provocado pelo sistema internacional de propinas montado por esta empresa é utilizado para facilitar aos estadunidenses a captura de apetitosos negócios de obras públicas. Há uma forte tendência de todos os grupos dominantes da região a retomar a ortodoxia neoliberal. Buscam-se acordos de livre comércio com a União Europeia e foi aceita a agenda chinesa da invasão importadora e do saque dos recursos naturais. Ademais, foram retomadas as privatizações ainda por concluir ou fracassadas dos anos 90 e houve um brutal corte nos direitos sociais, com maior flexibilização dos direitos trabalhistas e

contrarreformas no sistema de Previdência. Esta escalada agrava a pobreza, a desigualdade e a precarização. Da mesma forma, me parece que a gestão Trump agrega muito pouca consistência à restauração conservadora. Atropela o México como uma advertência aos grandes rivais da Ásia e da Europa e tenta convertê-lo num caso exemplar, no sentido de limitar a imigração e renegociar os acordos comerciais. Os mandatários neoliberais perderam a sintonia com a Casa Branca e esse distanciamento acentua a vulnerabilidade de governos já muito instáveis.

O atual cenário de hegemonia financeira é um fenômeno passageiro ou será característica permanente do nosso capitalismo dependente?

Na nova organização neoliberal se consolidou o capital financeiro, afloraram problemas relativos a atividades primárias e a indústria desmoronou. Essa reestruturação potencializa as divisões nas elites e dificulta a conformação de um bloco estabilizado nas classes dominantes. Por isso, governos direitistas perdem legitimidade no contexto de regimes afetados pelo seu alto grau de corrupção. Na república de delinquentes que impera no Brasil, cresce a cada momento o número de ministros e parlamentares envolvidos na malversação de recursos. Macri é um presidente "off shore", diante de uma cleptocracia de milionários que enriquece assaltando o Estado. O sistema de propinas organizado pela Odebrecht elameia presidentes e ministros no Peru, na Colômbia e no Panamá. Como a restauração conservadora combina fragilidade econômica com falta de legitimidade política, se consolida um cenário de



Nestor Kirchner e Lula

“A esquerda deve apresentar uma proposta radical e alternativa, começando por um debate sobre o balanço idílico de Kirchner e Lula que muitos teóricos do progressismo fazem”

grande turbulência.

Neste cenário, qual a função da esquerda? Limitar-se ao papel de “espírito crítico” das insuficiências desenvolvimentistas ou apresentar uma proposta radical e alternativa para a economia e a sociedade?

A esquerda, obviamente, deve apresentar uma proposta radical e alternativa, começando por um debate sobre o balanço idílico de Kirchner e Lula que muitos teóricos do progressismo fazem. Há quem insista em que foram governos exitosos, identificando erros apenas na convivência com os bancos, na disputa com os meios de comunicação ou na batalha cultural para afirmar uma classe média atada ao consumismo. Penso que essa leitura é superficial e evita reconhecer que os governos progressistas perderam força porque adaptaram suas agendas às das classes dominantes. A consequência política dessa postura é a promoção de uma estratégia exclusivamente centrada no retorno eleitoral à Presidência, deixando em segundo plano a prioridade que deve ter a resistência social. Há quem acredite no fracasso da direita e viva na suposição de que tudo pode recomeçar como se nada tivesse acontecido. Essas pessoas recriam para o futuro a mesma fantasia de um capitalismo redistributivo que propagaram na última década. Creio que a esquerda deve indicar outra perspectiva, baseada numa identidade política própria com nítido perfil anticapitalista. Esta fisionomia supõe a explícita reivindicação de nossas tradições socialistas, anti-imperialistas e revolucionárias.

Cláudio Katz, argentino, é professor e economista.

O Brasil sob o império da infâmia e a força da multidão inquieta



DIRETAS JÁ/MÍDIA NINJA

Edmilson Rodrigues

Nestes tempos em que a desesperança quer plantar sua semente no coração do povo, é imprescindível manter a cabeça erguida e enxergar o horizonte das reais mudanças reclamadas por nosso povo.

A necessidade, portanto, de se pensar um projeto de futuro é imprescindível. É urgente pensarmos transformações estruturais no modo

de produção capitalista, mas apenas a dimensão econômica não explica tudo. Há relações sociais que não são econômicas. Mais: a ação humana não se dá fora do espaço. O próprio espaço geográfico é este híbrido de sistemas de objetos, de fenômenos técnicos e de ações sociais.

Os governos podem cumprir um papel de fomento às transformações estruturais. Isto significa ter um programa de transformação que, do

ponto de vista estratégico, aponte para um futuro de dignidade, justiça social e democracia. Isto significa dizer que um governo deve ter um programa de caráter estratégico revolucionário. Deve ter compromisso com as transformações estruturais, com um programa que expresse uma prática contra-hegemônica. Deve promover um combate diuturno e de longo prazo à hegemonia atual que garante a exploração da riqueza

produzida pelo trabalhador, a única fonte de produção de riqueza, e ao mesmo tempo garante a manutenção das opressões de todas as formas.

Tivemos uma oportunidade importante de governo com Lula e Dilma. Mas faltou no lulismo um projeto contra-hegemônico. O governo, por dentro da ordem, trabalharia, potencializaria as ações contra a ordem.

Nosso governo seria democrático e popular, porque baseado num programa democrático-popular, um conceito construído coletivamente pelas esquerdas brasileiras que participaram do PT.

Este governo, que nos apontasse para um futuro humanizante, deveria ser antimonopolista. Isto é, as grandes corporações, incluindo as financeiras, não deveriam ser prioridades. Se queremos afirmar a possibilidade e o sonho de uma sociedade diferente, um projeto econômico há de apostar naqueles que vivem do trabalho e efetivamente geram a riqueza: os trabalhadores e as micro e pequenas empresas devem ser objeto prioritário da ação do governo, e não o investimento de recursos públicos para viabilizar a ciranda perversa do rentismo, hoje predominante.

Ao mesmo tempo, este programa deve ser antilatifundiário. Basta ver que os heróis cantados em verso e prosa pelos neoliberais são os latifundiários, o que é uma falácia. Apesar de deterem 54% das áreas agrícolas brasileiros, produzem menos da metade dos alimentos brasileiros. A produção familiar, que detém apenas 26% das terras agrícolas, produz mais da metade. A grande produção, além de não gerar emprego, contribuindo para o desemprego no campo, gera êxodo rural, violenta direitos e patrocina crimes contra

trabalhadores sem terra.

A máquina de lucros que se relaciona com o agronegócio produz *commodities*, que em geral pouco ajudam a produzir a justiça social. Ao contrário, produzem mais injustiças.

O agronegócio não gera empregos, ao usar alta automação e máquinas poderosas, e não alimenta os brasileiros, pelo fato de a soja não ser alimento prioritário para nenhum povo do mundo. Muito menos a soja transgênica, que serve apenas para alimentar o gado criado na Europa ou nos EUA e Canadá, que em geral tem produção subsidiada: dois dólares ao dia para cada cabeça de gado.

Ao mesmo tempo, nosso programa de governo deve ser radicalmente democrático e, portanto, baseado em propostas de transformações es-

truturais, voltadas à produção de um futuro que está além da sociedade atual. Deve ser um governo que acredita na força do povo e, nesse sentido, no protagonismo participativo. Não se trata de apenas reunir, chamar as populações para eventos, formar conselhos e passar a falsa ideia de que se está decidindo. É o exercício do poder popular no debate do Orçamento, na decisão da prioridade dos gastos dos recursos públicos e no controle de cada licitação e de cada obra. Se isso ocorre, não há necessidade de pactos do diabo com a grande burguesia, em nome de uma governabilidade que só leva a uma situação de ingovernabilidade.

Não há necessidade de mensalões, mensalinhos ou propinodutos se o povo se apodera do processo de go-



DIRETAS JÁ/MÍDIA NINOA

verno e desenvolve mecanismos de controle social sobre os gastos dos recursos públicos.

Além destes quatro elementos, há uma dimensão importante, que tem duas faces: o internacionalismo solidário e a soberania nacional. Um país para ser soberano deve afirmar laços que vão para além das relações intra-territoriais. Infelizmente, a experiência de governo Lula, ao abandonar o programa democrático-popular, se ateve apenas a administrar a crise do sistema. No momento em que o mundo ofereceu taxas de crescimento maiores e houve certa virtuosidade no processo de acumulação global foi possível investir uma pequena parte dos recursos advindos deste período em programas sociais.

Acontece que o grosso foi investido naquilo que reforça os projetos de interesses imperiais, dos monopólios, inclusive, dos agronegocistas e, no fundo, não se avançou na participação popular. Porque se isso tivesse sido feito, essas outras dimensões não poderiam avançar. Então houve, no máximo, certo ar participativo, mas não uma participação protagônica, porque o poder popular deixou de ser um objetivo estratégico.

O que existe hoje, para lembrar Noam Chomsky, é uma multidão submetida a uma minoria próspera. Talvez isso explique porque a multidão está cada vez mais inquieta.

A crise está instalada globalmente e não é só econômica, mas política, cultural e social. Essa hegemonia é forte, mas permanentemente questionada, porque a racionalidade capitalista não consegue se desvencilhar de seu contrário. A dinâmica capitalista é grávida de contradições, de contrarrazões à razão do capital que é o lucro, da

Michel Temer é a expressão de um golpe. Quando a crise se instalou conjuntamente, diminuindo as margens de lucro dos grandes oligopólios, estes perceberam que não precisavam mais de um governo como o do PT. Então, partiram para o golpe

apropriação privada da mais-valia. Isso, em grande medida, explica as contradições e a derrota do governo baseada no lulismo.

Michel Temer é a expressão de um golpe. Quando a crise se instalou conjuntamente, diminuindo as margens de lucro dos grandes oligopólios, estes perceberam que não precisavam mais de um governo como o do PT. Então, partiram para o golpe. No entanto, quando Temer diz que tem legitimidade, sem ter, e usa o argumento de que era vice-presidente eleito, ele não está mentindo. Ele participou de um projeto hegemônico que tentava dar ar social a um projeto de manutenção da ordem. Isso é contraditório, apesar de ilegítimo.

É um governo golpista porque não havia razão para o impeachment. Mas Temer era vice-presidente de Dilma, que talvez estivesse fazendo as mesmas reformas se ainda estivesse no governo. Seu governo deu indicações, através de Levy, de que as poucas conquistas sociais poderiam ser revertidas para dar estabilidade ao lucro, para garantir os interesses dos oligopólios ou monopólios.

A ação do lulismo não era contra-hegemônica. Mas era legítima. Inclusive conseguiu ter programas sociais de grande impacto numa sociedade tão estruturalmente fraturada como a brasileira. Quando se comparam os programas de financiamento da produção agrícola, havia no governo Lula R\$ 20 bilhões para a produção familiar e R\$ 200 bilhões para o agronegócio. Essa política é mantida pelo Temer, mas antes existia um investimento na pequena produção que nunca existira. Por isso, os governos de Lula e Dilma acabaram gerando apelo popular grande. O governo Temer, no entanto, radicaliza

todas as políticas destrutivas do futuro brasileiro.

O programa denominado “Ponte para o futuro” é uma verdadeira passarela ao passado. Representa a destruição da possibilidade de um futuro soberano do país. Não diria definitiva, porque temos todas as razões para afirmar a possibilidade desse futuro justo e feliz. Tanto assim que o futuro está em crise, porque há resistência, principalmente dos trabalhadores. Mesmo de alguns que, inclusive, por falta de uma consciência mais clara, apoiaram o golpe e acharam que Temer seria melhor para o país.

Quando se fala em democracia, temos um processo ainda mais grave de fragilização. Vemos crescer o poder aos corruptos eleitos ou não eleitos, baseado na chantagem, na propina e no superfaturamento de obras. Toda a infraestrutura dos últimos anos foi desenvolvida baseada em superfaturamentos para enriquecer empreiteiras, as mesmas que trabalham desde a ditadura e até hoje são financiadoras de campanhas. Isto, porém, não foi invenção do lulismo.

É muito séria a promiscuidade do governo com grandes empresários e a traição na perspectiva de mudança prometida no processo de golpe. Quem acreditou em Temer, acreditou que ele fosse dar continuidade às coisas boas prometidas por Dilma: manter programas sociais e fortalecer o Estado. O povo não tinha consciência de que, depois de 70 anos, iriam destruir a CLT. Que colocariam em xeque a possibilidade de aposentadoria. Ninguém acreditou que as terceirizações seriam radicalizadas e que iriam impor a escravização do povo em pleno século XXI, assim como a destruição das florestas em favor das mineradoras. Nada disso era espera-



REPRODUÇÃO

do pelos que acreditaram no golpe.

Por isso, 97% do povo concorda com o PSOL: todos querem Fora Temer, não apenas nós. Queremos eleições diretas. Este é um sonho possível, mas que exige ampla mobilização popular. As mobilizações nacionais já demonstraram o poder do povo. O ato em Brasília em maio foi outra demonstração da força do povo. É a capacidade de luta, o povo na rua, a organização da greve geral, a desobediência civil, a ocupação de praças, ruas e mesmo de órgãos públicos: daí vem a resistência.

Não esperemos das classes e dos países ricos a solução para nossos pro-

blemas. É de um país periférico como o Brasil, é das regiões pobres, das comunidades quilombolas e indígenas, dos que vivem do trabalho que virão as formas mais poderosas de resistência dos debaixo. Esta expressão da resistência do poder popular culminará na necessária cassação de Temer e de eleições diretas e soberanas para que um novo governo se instale em respeito ao direito do povo a ter sua vontade soberana exercida.



Edmilson Rodrigues é professor, arquiteto, ex-prefeito de Belém (1997-2004). É atualmente deputado federal pelo PSOL-PA.

Gramsci Revisitado

Uma perspectiva da crise brasileira



Frederico Henriques

Desde meados da década de 1970, Antonio Gramsci tem sido citado nas mais diversas teorias e nos discursos políticos no país. Porém, é na década de 1980, com a queda da ditadura militar e a ascensão de novos movimentos sociais que seu legado é mais reivindicado. A crise econômica gerada pela dívida e os limites da acumulação do momento anterior, bem como a entrada dos movimentos sindical e popular em cena, foram aspectos centrais para o debate sobre a constituição do Estado brasileiro e o papel da sociedade civil.

Nos últimos anos temos visto exatamente a volta das massas às ruas e

a crise política e econômica tomarem o Brasil num vórtice de incertezas e instabilidade. Nesse contexto, a esquerda tem publicado inúmeros textos conjunturais, mas com poucos conceitos marxistas capazes de explicitar o momento em que vivemos. Resgatar Gramsci para debater as mudanças no processo de acumulação e apontar elementos sobre a crise é fundamental. Ao trazer algumas dessas ideias para o centro do debate, pretendo trazer luz na imprevisibilidade que se tornou a conjuntura nacional.

ASCENSÃO E CRISE DO NEOLIBERALISMO

Primeiro há de se compreender que o Brasil passou por uma reestrutura-

ção produtiva profunda nos últimos 30 anos, notada a partir da perda de participação da indústria¹ no Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto em 1985 o PIB industrial chegou a 21,6% de participação no PIB nacional, em meados de 2016 ela era apenas 11,6%. Para piorar, se formos contar o conteúdo importado dessa indústria, este aumentou de 8% a 10% nos últimos dez anos. Outro elemento marcante é o giro da balança comercial brasileira, que em 2008 passa a ter, depois de décadas, uma composição menor que 50% de produtos manufaturados. Essa profunda transformação vai ter impacto não apenas no trabalho e na vida social

¹ Dados do IBGE e do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV.

do povo, mas também na organização de toda a sociedade.

Tomando esses elementos econômicos em perspectiva, vemos que o processo de liberalização ocorrido na transição para o estabelecimento da Nova República não significou apenas um pacto político e democrático, mas também o avanço de um novo modelo de acumulação capitalista, no qual o setor financeiro passou a ser proeminente em composição com outros setores, como o agronegócio e o mercado de terras/imobiliário. Essa mudança estrutural também teve impacto no sistema político e nos partidos, uma vez que a derrocada do regime anterior fez com que surgisse uma nova polarização em torno do PSDB e do PT, na qual o PMDB se mantinha como fiel da balança, organizando o Centrão e representando o interesse direto de elites locais.

Por óbvio, existem diferenças entre os setores dirigentes dos dois partidos que culminaram em alguns resultados distintos em cada um dos governos. Ademais, o processo de abertura comercial, a estabilização da moeda e a privatização de empresas estatais culminaram, num primeiro momento, em um importante ganho de renda não apenas para as classes dirigentes, como também para as subalternas. Porém, a incapacidade de manter os endividamentos e as sucessivas crises internacionais fizeram com que o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso fosse a administração de uma forte estagnação. Apesar de a transformação da estrutura produtiva se manter, a crise nos países emergentes e uma forte alta dos preços das *commodities* fizeram com que esse período fosse marcado por um social liberalismo. Além disso, o retorno do crescimento econômico viabilizou um

Os processos profundos de transformação da estrutura e a superestrutura no Brasil durante esses 20 anos podem ser caracterizados como uma revolução passiva. Esse conceito gramsciano foi utilizado para tratar de processos (...) em que as classes subalternas são incorporadas de forma passiva, em contraposição a processos como o da Revolução Francesa

relativo aumento dos gastos sociais², especialmente, um avanço no crédito e no consumo das famílias, ao passo que grandes obras e programas como Minha Casa, Minha Vida financiavam as empreiteiras e o setor imobiliário, além das gigantes nos setores de *commodities*, que recebiam financiamento para expandir e oligopolizar os seus respectivos negócios³.

Nesse cenário, os processos profundos de transformação da estrutura e a superestrutura no Brasil durante esses 20 anos podem ser caracterizados como uma revolução passiva. Esse conceito gramsciano foi utilizado para tratar de processos de transformações profundas nas sociedades em que as classes subalternas são incorporadas de forma passiva, em contraposição a processos como o da Revolução Francesa. A manutenção das elites políticas e econômicas nessa grande mudança, assim como a incorporação das classes subalternas de forma restrita, pela via do crédito do consumo, sempre de forma passiva, durante os governos do PT e do PSDB, são elementos que apontam para esse conceito.

Porém, com a crise de 2007/2008 e, especialmente, com a queda do preço das *commodities* no mercado internacional, o processo de acumulação do último período entrou em xeque. Nesse sentido, por mais que, nos últimos anos de Lula e no primeiro de Dilma, o governo tenha mantido o processo de crescimento e de acumulação, a partir de isenções fiscais e do endividamento do Estado, ele passou a ser insusten-

2 Note que a incorporação das camadas subalternas pelo consumo e pelos programas sociais similares pode ser vista também em governos de direita, como o caso do PRI e do PAN no México ou no AKP de Edorgan na Turquia.

3 Para saber mais, ler os últimos escritos de Plínio de Arruda Sampaio Junior.

tável. Com isso, setores da burguesia e do mercado começaram a exigir que o ajuste em cima do povo fosse aplicado para manter os níveis de acumulação.

JUNHO E A CRISE DE HEGEMONIA

Em junho de 2013 mais de 20 milhões de pessoas saíram às ruas para protestar. O movimento, que havia começado a partir de uma vanguarda ampla ao redor do Movimento do Passe Livre, pela queda do valor das passagens, rompeu barreiras e se tornou uma manifestação multitudinária, na qual as pautas por mais direitos sociais e contra a corrupção e contra os partidos tomaram as ruas. A marca profunda já começou a aparecer no mês seguinte, como apontou pesquisa da Datafolha, mostrando que no dia 1º de julho de 2013, a avaliação da gestão Dilma (PT) tinha caído 27 pontos. Em São Paulo, a queda de Alckmin foi de 14%, enquanto no Rio de Janeiro a aprovação do governo Cabral despencou 30%. O início do fosso entre representantes e representados estava aberto.

Ademais, a aprovação do pacote anticorrupção, que tinha como um dos elementos a regulamentação da delação premiada, ao lado do fortalecimento do Ministério Público a partir da derrota da PEC 37, que inibiria investigações no MP, foram elementos centrais que fortaleceram e viabilizaram a Operação Lava-Jato. Esta começa a todo vapor, centrada inicialmente no partido que dirigia o país há mais de 13 anos, mas que, após três anos de funcionamento, atingiu de maneira contundente todo o sistema político.

Essa crise de representatividade ou da democracia, para Gramsci, é uma crise de hegemonia. “Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora de pura força coer-



MÍDIA MUNDIA

A crise de hegemonia também foi expressa com divergentes posições em periódicos como *Estadão*, *Folha* e *O Globo* sobre os rumos do governo. A crise se disseminou para as mais diversas organizações do regime: partidos, sindicatos, corporações

citiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais e não acreditam mais no que antes acreditavam etc.”¹

Um setor da burguesia nacional e políticos tradicionais do Centrão, não conseguindo compreender o momento, enxergam uma crise de direção e avalizam a operação impeachment para dar cabo ao ajuste econômico e estancar a Lava-Jato. Com isso, a crise não apenas se mantém, como também ganha novos contornos. Desse modo, a situação do próprio Temer se tornou insustentável.

A incapacidade de a classe dominante gerar um consenso ocorre para Gramsci “porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade coletiva”⁴.

Junho gerou uma grande fissura no regime, interrompendo a modernização conservadora liberal das décadas anteriores, colocando as massas na reivindicação de direitos nas ruas. Apesar de a magnitude não se manter, vimos tanto marchas da direita reivindicando o avanço da luta contra a corrupção, como da esquerda pedindo a garantia dos direitos sociais. A crise de hegemonia também foi expressa com divergentes posições políticas em periódicos como *Estadão*, *Folha* e *O Globo* sobre os rumos do governo Temer. A crise se disseminou para as mais diversas organizações do regime: partidos, sindicatos, corporações. À combinação dessa crise de hegemonia com a crise econômica o autor chamou de Crise Orgânica.

O ENIGMA DA LAVA-JATO

A falta de legitimidade e de consenso da classe dominante nesse período de

4 GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.3 p.264

crise faz com que ela tenha de usar de outros meios: a coerção, a fraude e a corrupção, a partir do aparato repressivo estatal; a liberação de mais recursos, para conseguir a compra de apoios; e manobras políticas que isolem a vontade do conjunto da população. É por isso que nos momentos de crise de hegemonia se fortalecem líderes carismáticos⁵, bonapartistas, que se conectam por fora ao conjunto da população.

Esse interregno gerado por esse momento abre espaço para que burocracias que normalmente têm um controle direto da política passem a agir autonomamente. Os casos do Ministério Público, da Polícia Federal e dos setores do Judiciário são emblemáticos. Não necessariamente têm os mesmos interesses, tampouco os diversos níveis de atuação trazem características comuns, mas a fratura estabelecida entre a estrutura e a superestrutura enfraquece a classe dominante como dirigente e, por consequência, a capacidade de ela comandar o Estado como um todo.

Tomamos o exemplo das operações da Polícia Federal. Não é a primeira vez que o Ministério Público e a PF atuam de maneira coordenada contra setores políticos e empresariais. Talvez os casos mais emblemáticos recentemente tenham sido as operações Satiagraha e Castelo de Areia. Nos dois casos houve, de forma articulada, a intervenção do Executivo, seja pelo próprio Lula, seja pelo ex-ministro Márcio Thomas Bastos, seja pelos setores da grande mídia, por meio de um acordo com o Judiciário via Supremo, com Gilmar Mendes sempre como protagonista, para enterrar as denúncias. É exatamente no caso da crise que a Lava-Jato encontra um terreno propício para

5 Note que elas podem ser progressivas, como Hugo Chavez, ou reacionárias, como Alberto Fujimori.



A aprovação pela força, pela coerção, pela corrupção e pela fraude de reformas como a trabalhista, assim como a terceirização, os ajustes, o fortalecimento de figuras como Bolsonaro, são elementos patológicos existentes neste momento

prosperar, e a população buscar os seus líderes carismáticos nessas operações.

CAMINHOS

“A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.”⁶

A aprovação pela força, pela coerção, pela corrupção e pela fraude de reformas como a trabalhista, assim como a terceirização, os ajustes, o fortalecimento de figuras como Bolsonaro, são elementos patológicos existentes neste momento. A confusão da dinâmica da conjuntura e o questionamento de antigas direções fazem com que haja um rearranjo geral das forças com a necessidade do estabelecimento de uma nova hegemonia.

Não é tarefa simples propor e estabelecer isso a partir de uma nova confluência. No período de redemocratização, foram mais de dez anos. Entretanto, temos de saber que o estabelecimento de uma nova alternativa não poderá ser feito com o velho. Ou seja, ele passa pela negação e pela superação da direção do antigo regime que tinha PT (especialmente com o lulismo), PSDB e PMDB como centro. É momento de a esquerda ousar e se posicionar de forma autônoma, radical e não ter medo de negar o regime da Nova República, já que a direita não perde tempo e também está buscando estabelecer esse novo consenso em outros marcos.

6 GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.3 p.184



Frederico Henriques é militante do PSOL e integrante do comitê executivo da revista SOCIALISMO e LIBERDADE.

Apresentamos aqui três artigos com posições diferentes sobre um tema importante: a conveniência ou não de se ter como bandeira política a auditoria da dívida pública brasileira e, em caso positivo, como fazer isso. Beatriz Meirelles, Paulo Kliass e Rodrigo Ávila são seus autores. Depois de entregues os artigos, foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vai a sanção do presidente Michel Temer, o artigo 91, que determina o seguinte: “Durante o exercício de 2018, será realizada auditoria da dívida pública, com a participação de entidades da sociedade civil, no âmbito do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil.”

A auditoria da dívida é o caminho para enfrentar o rentismo?

Beatriz Meirelles

A auditoria da dívida é uma antiga bandeira do PSOL. É fácil entender a razão: uma das causas da concentração de renda no Brasil é o volume exorbitante do gasto com juros. Mas a auditoria é o caminho para enfrentar o rentismo? Buscarei mostrar que o objeto da auditoria é um falso problema, mas não só. Cai no discurso da austeridade e da criminalização da política econômica.

É sempre desejável dar transparência às informações sobre política fiscal e monetária. E isso tem ocorrido. O perfil da dívida pública por prazos e taxas de juros, seu crescimento - consistente com as taxas, os resultados primários e a acumulação de ativos -, os títulos na carteira do Banco Central (BC), dos bancos públicos, dos fundos de pensão e dos bancos privados são informações disponíveis nos portais do BC e do Tesouro Nacional (TN) ou nas demonstrações financeiras de fundos e bancos. Os

leilões de títulos são gravados. As operações de *swap*¹ cambial, usadas recentemente em momentos de ataque especulativo ao Real - e que podem gerar receita ou despesa ao Tesouro - também são públicas. Diversos analistas têm tratado e divulgado esses dados. Há informações suficientes para discutir as vantagens e as desvantagens da política econômica e a que interesses serve.

Também é difícil compreender o que são títulos públicos “ilegais”. As explicações costumam remeter à década de 70, à reestruturação da dívida externa e à federalização das dívidas estaduais e municipais nos anos 90, ou ao pagamento da dívida externa nos anos 2000. Contudo, há muito essas dívidas trocaram de mãos porque foram rolas e são transacionadas no mercado secundário. Não há como estabelecer

¹ *Swap* é um tipo de derivativo que envolve a troca de indexadores. Nele não há a transferência de fluxos de capital, envolvendo apenas risco e rentabilidade.

correspondência entre as ditas ilegalidades do passado e os títulos emitidos hoje em leilão público.

A escolha aleatória de títulos a serem anulados funcionaria como um Plano Collor, que levou a economia à recessão. O problema brasileiro não é o estoque de títulos públicos, mas a taxa de juros. Alguns países têm dívida de mais de 100% do PIB e taxa de juros real negativa. No Brasil, a queda sustentada da taxa de juros teria efeito positivo sobre a distribuição de renda, sem o prejuízo de políticas que buscam limitar o tamanho da dívida, por ajustes fiscais ou por “moratória”.

Tal encontro com as políticas pregadas pelo liberalismo econômico soa paradoxal, mas está fundado na mesma incompreensão sobre o funcionamento de uma economia monetária de produção.

Um indivíduo não pode gastar mais do que ganha sob pena de ficar refém dos credores. Essa analogia faz sentido

para a dívida externa porque é denominada em moeda estrangeira e por isso a Constituição incluiu artigo determinando a auditoria da dívida externa. Esse também foi o caso das auditorias no Equador e na Grécia, dívidas em moedas que não controlam (Dólar e Euro). A dívida interna, ao contrário, é denominada em moeda soberana. É uma espécie de moeda remunerada em prazo determinado.

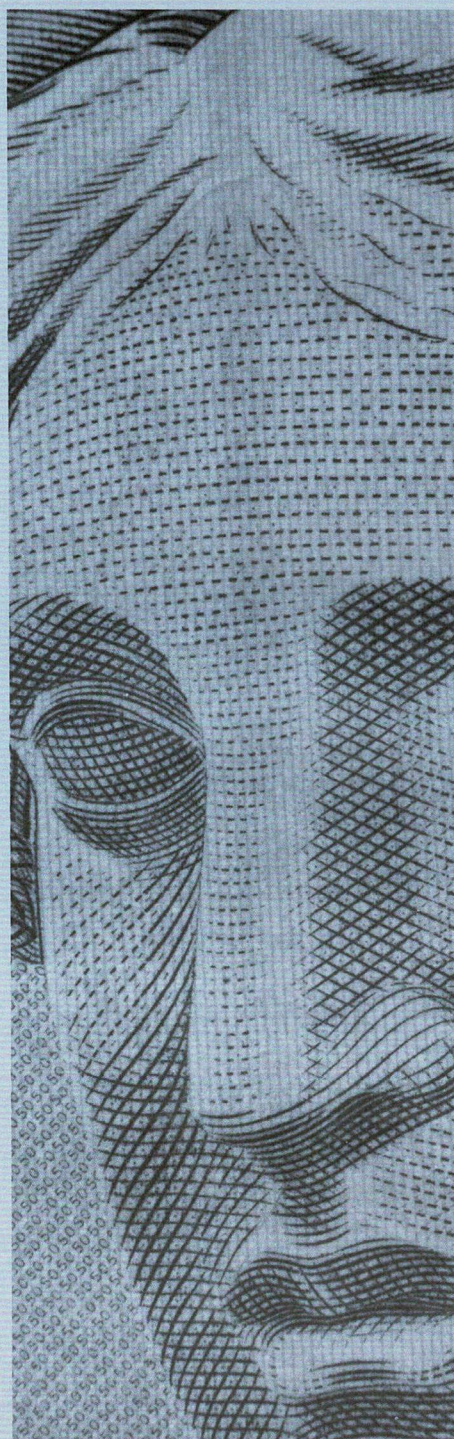
Quando o Estado gasta mais que arrecada - e esta é condição necessária para o crescimento econômico - emite moeda para pagar pelos bens e serviços. Dada a demanda por moeda dos agentes econômicos, o TN troca o excedente por títulos de diferentes prazos ou o BC faz operações compromissadas - troca moeda no caixa dos bancos por títulos remunerados à taxa Selic, definida pelo Comitê de Política Monetária. Se o TN e o BC não fizerem isso, os juros saem do seu controle.

Não há limite à quantidade de títulos públicos. O discurso da austeridade, expresso por metas de superávit primário e pela tentativa de limitar a dívida, não visa gerar o "espaço fiscal" para pagamento de juros. O discurso da austeridade visa gerar desemprego, como explicou o economista marxista M. Kalecki em seu "Aspectos Políticos do Pleno Emprego" de 1943. A fim de evitar as mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego via gasto público, os capitalistas recorrem ao discurso das "finanças saudáveis", condenando o déficit e a dívida.

A militância pela auditoria também condena o déficit público. Com base em interpretação forte de um dos artigos

da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a chamada "Regra de Ouro", alega que o pagamento de "juros sobre juros" ou a "emissão de títulos para pagar juros" é ilegal. Mas dinheiro não é carimbado. Se virtualmente a receita tributária fosse deslocada para pagar juros, seria necessário emitir títulos para pagar gastos primários. Na prática, defendem um resultado primário ainda mais restrito que o definido pela LRF.

Outro enunciado da militância pela



AGÊNCIA 123RF

auditoria condena a dívida pública, tratando títulos vencidos e rolados como gastos. Dizer que 40% do orçamento vão para o pagamento de "juros e amortização" da dívida não tem sentido econômico, a dívida nunca é amortizada. Apenas leva à falsa ideia de que a anulação desses títulos liberaria recursos para saúde e educação. Que recursos? Da nova dívida? E quando os novos títulos vencerem, serão considerados recursos que competem com os gastos? Não há lógica. E, assim, tira-se o foco do problema verdadeiro: o fluxo de juros. O gasto com juros gira em torno de 6% do PIB ou entre 15% e 20% do gasto público. Esse dado já é espantoso, não precisamos recorrer a ilusionismo que reforça o imaginário da austeridade e, pior, nos descredencia do debate.

O Brasil tem um oligopólio bancário poderoso e a maior taxa de juros do mundo. Não é 'anulando títulos' que vamos enfrentar esse poder. Em vez da via fácil e inócua da criminalização, uma proposta de esquerda deveria desmascarar os argumentos liberais inconsistentes que buscam justificar as decisões do Copom sobre a taxa de juros. Questionar o sistema de metas de inflação e o canal de transmissão da taxa de câmbio, debater a necessidade de controle do fluxo de capitais estrangeiros, a porta giratória entre o BC e o mercado financeiro, são alguns exemplos.

Como em outros temas, precisamos substituir o discurso da polícia pela discussão da política.



Beatriz Meirelles é economista, filiada ao PSOL.

A questão da AUDITORIA DA DÍVIDA

Paulo Kliass

O debate a respeito da necessidade de uma auditoria sobre a dívida pública brasileira é antigo e remete a uma discussão igualmente importante a respeito das alternativas existentes para a implementação de políticas desenvolvimentistas e inclusivas em nosso país.

A luta por uma abertura oficial das contas relativas ao crescimento exagerado do estoque de dívida atual faz parte da reivindicação por maior transparência na condução das políticas públicas e na relação do Estado com a cidadania. No entanto, é importante registrar que a simples realização da auditoria não se converterá em panaceia para todos os problemas de nossa sociedade, em especial no terreno da economia. Paira em determinados setores a crença de que a abertura dessa verdadeira caixa-preta resolveria por si só entraves importantes de nossas dificuldades.

Na verdade, a inspeção e a análise detalhadas das operações realizadas ao longo da história em termos do

endividamento público deve operar como elemento de elevação do conhecimento relativo ao funcionamento dos meandros da formulação e da implementação da política econômica. No entanto, esse movimento não deve se confundir com as gritas generalizadas de natureza liberal, que buscam condenar e criminalizar as iniciativas de se utilizar a política fiscal expansionista como estratégia de redução das desigualdades de natureza social e econômica.

A dívida pública, em si, não é um problema. Antes, pelo contrário, ela pode ser muito bem utilizada como caminho de solução para a trilha do desenvolvimento. O mecanismo de endividamento público é a cara, por excelência, da intervenção do Estado na economia. O debate atual torna-se mais complexo uma vez que a situação brasileira atual carrega consigo a herança do processo da dívida à época da ditadura militar e que se dava por meio de lançamento de títulos em moeda estrangeira.

O crescimento da obrigação externa nas décadas de 1970 e 1980, efetuado sob um regime ditatorial e sem nenhu-

ma legitimidade política, está na base dos valores da dívida que o setor público ostenta nos tempos atuais. Porém, é necessário destacar as significativas alterações na natureza e na composição do estoque dessa dívida ocorridas ao longo dessas quatro décadas.

Um aspecto relevante refere-se à chamada "internalização" da dívida externa, que ganhou força especialmente a partir da estabilização macroeconômica proporcionada pelo Plano Real a partir de 1994. Esse processo possibilitou uma espécie de naturalização dos valores atualmente existentes, uma vez que os títulos denominados em moeda estrangeira e ofertados no exterior foram trocados por outros lançados pelo Tesouro Nacional em nossa moeda nacional.

Assim, fica criado sério obstáculo à concretização do previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. A intenção manifestada pelo constituinte representava o sentimento generalizado de indignação da maioria da população a esse respeito.

"Art. 26. No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição,



MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.”

Naquele momento, 29 anos atrás, a questão ainda estava identificada com a existência de uma dívida ilegítima, contraída em moeda estrangeira e sob condições desconhecidas da maioria da população. Por mais que o estoque atual esteja associado a essa origem espúria, o fato é que há resquícios dos processos de endividamento igualmente carentes de legitimidade e que remontam às épocas do Império, às primeiras décadas do período republicano e às etapas de industrialização dos anos 1950 e 60.

É inegável que a realização de uma auditoria da dívida pública permitiria trazer mais luz e oxigênio a esse debate. A sociedade brasileira poderia se informar a respeito de questões re-

levantantes, tais como a cobrança ilegal de juros sobre juros ou os principais agentes econômicos beneficiários de tais títulos públicos. Além disso, poder-se-ia discutir de forma mais aberta a respeito das alternativas de renegociação de tais papéis em condições menos danosas para o conjunto da população e também debater as opções relativas aos aspectos draconianos da ditadura do superávit primário.

No entanto é importante reconhecer que o estoque de títulos públicos está distribuído de forma ampla em nossa economia, muito além dos bancos e demais agentes do financiamento especulador. Há papéis do Tesouro Nacional que estão nos ativos de instituições como fundos de pensão, bancos públicos federais e uma multiplicidade de fundos de investimento que lastreiam os recursos poupados por setores das classes médias em nosso país.

A estratégia da auditoria não pode e nem deve se associar a qualquer movimento de criminalização da dívida pública como instrumento de política econômica. O endividamento do governo é um importante recurso para a promoção das políticas públicas desenvolvimentistas, uma vez que o Estado não conta com recursos à vista ou no curto prazo para implementar os investimentos necessários à redução das desigualdades e para a construção de estratégias de desenvolvimento nacional.

Além disso, a dinâmica da condução da política fiscal envolve resgate de títulos antigos e lançamento de novos papéis em volume e periodicidade que não permite acompanhar a gênese das dívidas mais antigas.



Paulo Kliass é doutor em economia pela Universidade de Paris 10 e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Por que a auditoria da dívida incomoda tanto?

Rodrigo Ávila

Desde a década de 70 entramos na fase do capitalismo financeirizado, a fase mais brutal da exploração da classe trabalhadora. Em toda parte - até mesmo em países do chamado Primeiro Mundo - aumenta a desigualdade social, o desemprego, a supressão de direitos sociais, as privatizações em massa e a redução do tamanho do Estado. Ao mesmo tempo, a chamada "dívida pública" explode, passa a ser a prioridade absoluta, e seu pagamento justifica todo tipo de barbárie contra a classe trabalhadora e o próprio Estado.

No Brasil, o privilégio da dívida é mais escandaloso do que em qualquer outro lugar, pois praticamos as taxas de juros mais elevadas do planeta e destinamos quase a metade do Orçamento federal - todo ano - para o pagamento de seus juros e amortizações. A CPI da Dívida Pública concluída em 2010 na Câmara dos Deputados comprovou impressionantes indícios de ilegalidade, ilegitimidades e até fraudes na formação da dívida externa e interna federal, dos estados e municípios, conforme rela-

tório apresentado pelo deputado Ivan Valente (PSOL/SP), que incorporou as análises técnicas feitas pela Auditoria Cidadã da Dívida.

Para que ninguém perceba o quanto o privilégio da dívida amarra o país e afeta diretamente a vida de todas as pessoas, diversos artifícios entram em ação. As falsas teorias de controle inflacionário que utilizam elevadíssimas taxas de juros - que não servem para controlar o tipo de inflação que existe no Brasil - tem servido para remunerar regamente os rentistas e fazem a dívida explodir.

Também sob a falsa justificativa de combater a inflação, o Banco Central toma emprestada toda a sobra de caixa dos bancos (R\$ 1,1 trilhão, ou 18% do PIB) por meio das "Operações Compromissadas", para remunerá-los com juros altíssimos, tornando escasso o crédito a pessoas e empresas, para elevar as taxas em toda a economia.

Outro artifício é a megapedalada de centenas de bilhões de reais por ano, referente à contabilização da maior parte dos juros como se fosse amortização ou refinanciamento (rolagem).

A Auditoria da Dívida desmascara esses mecanismos e mostra que a chamada dívida pública tem sido um instrumento descarado de transferência de recursos públicos para o setor financeiro.

Está ficando cada vez mais difícil esconder a importância da auditoria, tendo em vista que o estoque da dívida interna cresceu R\$ 636 bilhões em 2015, e R\$ 573 bilhões em 2016, alcançando R\$ 4,5 trilhões em 31/12/2016. Considerando que os investimentos têm ficado perto de zero, o que fez a dívida crescer tanto?

De forma cidadã, em base a dados oficiais disponíveis, temos comprovado que o crescimento exponencial decorre do pagamento dos juros abusivos (disfarçados de amortização/refinanciamento); do elevado custo da remuneração da sobra de caixa dos bancos; de prejuízos com as ilegais operações de *swap* cambial, da prática ilegal do anatocismo (juros sobre juros), além de vários outros mecanismos.

Também tem dificultado esconder a importância da auditoria o fato de a dívida estar justificando as recorren-

tes privatizações; os crescentes cortes de investimentos sociais que comprometem o funcionamento até das universidades, além de alterações na Constituição, como a EC-95 (que congela as despesas primárias por 20 anos para que sobrem mais recursos para a dívida); a EC-93 (que aumentou a DRU para 30% e criou a DREM, retirando recursos vinculados a áreas sociais para destiná-los aos juros); a PEC-287 (que desmonta a Previdência Social), entre outras alterações legais absurdas como a LC 159/2017.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem incomodado os que querem esconder tudo isso, pois explica de forma didática os artifícios que geram dívida sem contrapartida, seus privilégios e, principalmente, escancara seu impacto de mais de 40% do orçamento federal, por meio do famoso gráfico em formato de pizza, elaborado com dados oficiais disponibilizados no Siafi (Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades>). Esse gráfico mostra os dados sem disfarce.

A Constituição autoriza o uso de novos empréstimos somente para investimentos ou amortização da dívida (despesas de capital). Para burlar esse dispositivo (art. 167, III), fazem a manobra espúria, percebida por poucos, de contabilizar a maior parte dos juros como se fosse amortização/refinanciamento (rolagem). Assim, os novos empréstimos, que deveriam viabilizar investimentos voltados ao desenvolvimento socioeconômico, têm sido consumidos no pagamento dos juros abusivos.

Caso estivéssemos utilizando a montanha de recursos que o Siafi informa como “amortização” para

Esses sucessivos escândalos têm criado a monstruosa dívida que nos empurra ao avesso do país que poderíamos ser. Por isso é urgente desmascarar tudo isso por meio de completa auditoria com participação cidadã

efetivamente amortizar a dívida, o estoque da dívida estaria caindo. Se estivéssemos apenas “rolando” a dívida, o seu estoque se manteria constante. Mas o estoque da dívida tem aumentado exponencialmente! Portanto, é evidente que grande parte dessa “rolagem” é, na verdade, juros.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado o vínculo entre as sucessivas operações de refinanciamento da dívida externa realizadas desde a década de 70 com a dívida interna atual, passando pela assunção de dívidas privadas; suspeita de prescrição; transformação de dívida prescrita em novos títulos Brady, seguida de transformação de parte em dívida interna (com juros de até 50% a.a. ou mais) e outra parte usada como moeda para comprar empresas privatizadas a partir de 1996; além dos históricos juros escorchantes e recentes artifícios de swaps, compromissadas etc.

Esses sucessivos escândalos têm criado a monstruosa dívida que nos empurra ao avesso do país que poderíamos ser. Por isso é urgente desmascarar tudo isso por meio de completa auditoria com participação cidadã.

PS - Convido os (as) leitores (as) a acessarem nossa seção “Mentiras e Verdades sobre a dívida pública”, na página www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades, onde comentamos alguns argumentos de setores que criticam o trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida, inclusive os argumentos colocados nos artigos ao lado.



Rodrigo Ávila é economista da Auditoria Cidadã da Dívida.

Quanto vale realmente o agronegócio brasileiro?

Jean Marc von der Weid

“Agro é tec, agro é pop, agro é cult...”. A mensagem veiculada pela propaganda da TV Globo pode ser resumida em uma frase: agro (entendido não como agricultura em geral, mas como agronegócio) é o máximo! Para não deixar dúvidas no recado as imagens são sempre de extensos campos de monoculturas, mesmo quando

a referência é à agricultura familiar. Implícito em texto e imagens está a ideia de que o “agro”, de pequenos ou grandes produtores, tem um único modelo tecnológico: monocultura, adubo químico, agrotóxico, sementes patenteadas e maquinário (colheitadeiras, tratores etc.). Por sua vez, os representantes do agronegócio no Congresso, conhecidos como bancada ruralista, bem como

as entidades de classe Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) apregoam que o agronegócio no mínimo salvou o Brasil da crise econômica do fim dos anos 80 e início dos 90 e é, até hoje, o sustentáculo da nossa balança de pagamentos.

Só para levantar a lebre é bom lem-

CAMILA DOMINGUES / PALÁCIO PIRATINI

brar que um dos patrocinadores da propaganda da TV Globo é a mesma JBS que recebeu bilhões de empréstimos de pai para filho do BNDES para erguer o império do maior negócio de carnes do mundo e é a mesma empresa que pagou centenas de milhões em propinas a vários governos para receber benesses públicas e ainda foi apanhada na Operação Carne Fraca da Polícia Federal.

O quanto dessa propaganda é verdade? Não há dúvida de que o agronegócio (entendido como grande ou pequena propriedade – o agronegócio - idênticas no seu modelo produtivo) representa em média algo entre 35% e 45% do total das exportações brasileiras desde os anos 90. Não por acaso o agronegócio foi chamado de “âncora verde” do Plano Real. Por outro lado, o setor agrícola brasileiro (somando-se agronegócio, agronegócio e agricultura familiar camponesa, e ainda o setor de insumos agrícolas, o da indústria de transformação e o de mercado, que em conjunto são conhecidos como complexo agro-alimentar) gira em média US\$ 300 bilhões por ano ou perto de um terço do PIB. Embora a parte da agricultura familiar camponesa esteja incluída nesta conta, sobretudo pelo seu papel na produção de alimentos, não há dúvida que o agronegócio e o agronegócio respondem por uma grande parte do volume de produção e do valor produzido pelo setor primário. Entretanto, este sucesso tem que ser relativizado por uma série de fatores que passamos a tratar.

O agronegócio, corretamente, afirma que a forte expansão da produção agropecuária se deve essencialmente à expansão do uso dos chamados insumos modernos: adubos químicos, sementes melhoradas por empresas,



AGÊNCIA 123RF

O agronegócio e o abuso de agrotóxicos

Os representantes do agronegócio no Congresso, bem como as entidades de classe CNA, OCB e ABAG apregoam que o agronegócio no mínimo salvou o Brasil da crise econômica do fim dos anos 80 e início dos 90 e é, até hoje, o sustentáculo da nossa balança de pagamentos

agrotóxicos (chamados por eles de “defensivos agrícolas”) e maquinário, incluindo nisto, cada vez mais, a aviação agrícola. O aumento de produção se deu essencialmente pelo aumento do rendimento das culturas e muito pouco pelo aumento de área plantada. Este aumento de rendimento foi espetacular, mas seu ponto de partida eram índices muito baixos, de modo que, apesar do sucesso, os rendimentos das várias culturas do agronegócio só agora (em quase 50 anos do processo de modernização do agro brasileiro) está chegando perto daqueles obtidos pelos nossos concorrentes americanos, argentinos ou europeus. Esta evolução não é diferente daquela vivida pelos nossos concorrentes, apenas eles começaram a modernização mais cedo, logo após



Michel Temer assinando medida em benefício do agronegócio

BETO BARALTA/PR

a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil já começa a esgotar a capacidade de manutenção das altas taxas anuais de aumento de rendimento das suas principais culturas “modernas”, tal como se deu nos EUA e na Europa, que hoje têm taxas de crescimento da ordem de 1% ao ano, abaixo do índice de crescimento de suas populações. Para manter e expandir os índices de rendimento crescentes, o agronegócio está aplicando cada vez mais adubos químicos e nos tornamos recordistas mundiais no uso de agrotóxicos. O uso maciço de sementes de variedades transgênicas não melhorou o rendimento da soja, do algodão ou do milho, mas foi um dos responsáveis pela explosão no uso de agrotóxicos. O aumento exponencial do uso de adubos químicos e agrotóxicos, motor do sucesso do agronegócio, tem sido também o calcanhar de Aquiles deste processo. Como os próprios líderes do agronegócio indicam, os custos destes produtos crescem de forma exponencial, enquanto o rendimento das culturas aumenta em ritmo cada vez mais baixo e os preços

dos produtos crescem de forma aritmética. O resultado é que os lucros do agronegócio vão ficando menores e cada vez mais aumenta a parcela de ganhos das indústrias de insumos.

A verdade é que as matérias primas para a produção destes insumos - potássio, fósforo, gás e petróleo - vão se tornando cada vez mais escassas e caras, apontando para o momento em que sua decrescente disponibilidade vai tornar todo o agronegócio, aqui e no resto do mundo, inviável. Do ponto de vista da nossa capacidade de competir no mercado internacional isto não é um problema imediato, porque estes custos crescentes dos insumos afetam todo o agronegócio do mundo. Na verdade, o que tem ajudado mais a nossa competitividade são as taxas favoráveis de câmbio, que compensam os altos custos de transporte e armazenamento das safras brasileiras.

De modo geral, não dá para glorificar um processo de desenvolvimento que faz da produção primária agropecuária um fator tão importante na nossa balança comercial. Se somar-

mos a este setor as exportações de minérios, mais da metade das nossas exportações não tem qualquer agregação de valor. Mais ainda, a pauta de exportações do agronegócio está ultraconcentrada no complexo soja, sobretudo da soja em grão sem qualquer beneficiamento.

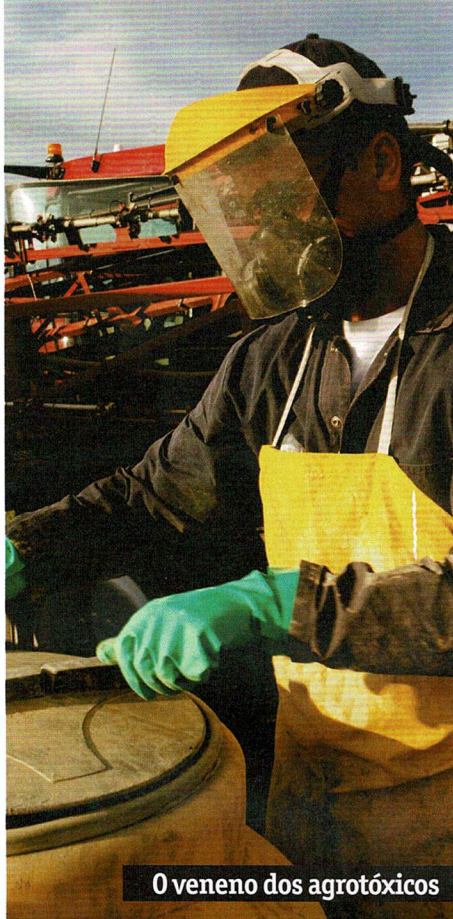
A contrapartida desta expansão do agronegócio exportador foi a perda de espaço para produtos dirigidos para o mercado interno. Até a crise iniciada em 2015, as importações de alimentos no Brasil cresceram até 20% ao ano e hoje o abastecimento interno em feijão, arroz, trigo, alho, laranja e banana (para citar apenas os mais importantes) depende de compras até da China e da Tailândia. Embora não haja desabastecimento, estas importações pesam nos custos ao consumidor, pois as taxas de câmbio favorecem a exportação. Apesar dos preços dos alimentos oscilarem muito ao longo de cada ano, e de ano para ano, a pressão sobre a inflação é notória ao longo do tempo. Este quadro tende a se tornar mais ameaçador pela tendência de longo prazo de aumento dos preços dos alimentos em todo mundo, afetados pelos custos já mencionados dos insumos e pelos efeitos cada vez mais intensos do aquecimento global sobre a produção agropecuária.

Na avaliação deste proclamado sucesso do agronegócio não se pode deixar de incluir o imenso custo, em recursos públicos, que serviram para alavancar o processo de adoção do modelo agroquímico e motomecanizado de produção. Na década de 70 a ditadura militar financiou a chamada “modernização da agricultura brasileira”, através de uma combinação de créditos subsidiados quase a fundo perdido para compra de adubos,

agrotóxicos, sementes e máquinas, pesquisas para adaptar o modelo às condições brasileiras e assistência técnica, além de investimentos em infraestruturas de armazenamento e transporte. As pesquisas da Embrapa, com fundos públicos, continuaram a prestar grandes serviços ao agronegócio até hoje, enquanto a assistência técnica passou a se dirigir essencialmente para trazer a agricultura familiar para o mesmo modelo produtivo.

Já o crédito subsidiado minguou nos anos 80, caindo de R\$ 100 bilhões para R\$ 50 bilhões por ano nos últimos 30 anos. A demanda de crédito cresceu muito no período, pois só em grãos a produção mais que dobrou e o que não se conseguiu com o Estado passou a ser oferecido sobretudo pelas empresas de fornecimento de insumos, em particular as empresas produtoras ou comercializadoras de adubos.

Apesar de ter diminuído o papel do Estado no fornecimento de crédito, ele ainda é significativo, sobretudo para os investimentos, gerando uma dívida do agronegócio que foi objeto de inúmeras anistias totais ou parciais e renegociações de débitos. Apesar de todas essas medidas de apoio (quase que uma a cada ano desde os anos 90), a dívida do agronegócio está hoje na casa dos R\$ 250 bilhões. Segundo os cálculos da Procuradoria Nacional da Fazenda Federal, em 2015 havia pouco mais de quatro mil pessoas físicas e jurídicas proprietárias de terras com dívidas superiores a R\$ 50 milhões, totalizando quase R\$ 1 trilhão em impostos devidos. Entre dívidas de créditos não pagos, apesar das múltiplas concessões feitas pelo Estado, e aquelas resultantes de impostos não pagos, o agronegócio está longe de ser um setor saneado financeira-



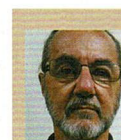
O veneno dos agrotóxicos

A dívida do agronegócio [com o Estado] está na casa dos R\$ 250 bi. Segundo a Fazenda Federal, em 2015 havia pouco mais de 4 mil proprietários de terras com dívidas superiores a R\$ 50 mi, totalizando quase R\$ 1 tri em impostos devidos

mente e é hoje totalmente dependente de recorrentes favorecimentos do governo federal. Esta conta não inclui todos os investimentos públicos (reconhecidamente insuficientes) em infraestrutura de transporte e armazenamento assumidos por sucessivos governos nos últimos 30 anos.

Os governos FHC, Lula e Dilma ainda fizeram um enorme esforço para trazer a agricultura familiar para este modelo falido, com crescentes concessões de crédito (e anistias e renegociações de dívidas) que tornaram este setor altamente vulnerável, com um número ainda não identificado de casos de falências e abandono da atividade.

Frente a este balanço, o que se pode dizer é que o modelo do agronegócio e do agronegócinho não é sustentável. Sobrevive com gastos públicos permanentes e não garante a segurança e a soberania alimentar dos brasileiros. Vai ser preciso um enorme esforço para superá-lo para se chegar a um processo sustentável, que a prática tem mostrado ser o da produção agroecológica. Não há espaço neste artigo para demonstrar o quanto a agroecologia responde a todos os fatores que hoje vulnerabilizam a produção agropecuária brasileira, dos pontos de vista econômico, ambiental e social, mas os exemplos não faltam, indicando este caminho como o mais adequado para o Brasil. Vai ser preciso lutar contra a ofensiva do agronegócio, que pretende ainda maiores vantagens para manter seus lucros à custa de recursos públicos e do comprometimento das gerações futuras de brasileiros.



Jean Marc von der Weid é fundador da ASPTA, ONG de promoção do desenvolvimento agroecológico da agricultura familiar camponesa.

A tropa de choque do agronegócio no Congresso

Luiz Arnaldo Dias Campos

Para os grandes proprietários de terras, o governo Michel Temer tem como tarefa impor a "solução final" para o campo e as florestas brasileiras, resolvendo de forma definitiva o litígio sustentado há décadas por este setor contra camponeses sem-terra, comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas.

Desde o golpe as iniciativas se multiplicam e, se mesmo individualmente chegam a preocupar, o conjunto da obra é realmente assustador. As pontas de lança institucionais desta ofensiva são o relatório da CPI da Funai, de autoria do deputado Nilson Leitão (PMDB-MT), o projeto que repassa ao Congresso Nacional a competência para homologar a demarcação de terras indígenas e a proposta em discussão que libera a venda e o arrendamento

de porções do território nacional a empresas com capital estrangeiro predominante.

DOIS PROJETOS CONTRA O BRASIL

Elaborado pelo deputado Nilson Leitão, famoso por sua proposta de que os trabalhadores rurais possam receber apenas casa e comida como forma de remuneração salarial, o relatório da CPI da Funai, além de propor a extinção do órgão e a revisão de homologações de terras indígenas, solicita o indiciamento criminal de 67 personalidades, entre antropólogos, estudiosos e lideranças, comprometidas com a defesa da causa indígena.

A este relatório se somam a PEC 215, que retira do governo e repassa para o Congresso o poder de demarcar e homologar terras indígenas, e o decreto em elaboração no Ministério da Justiça que prevê a legalização da invasão da

terra indígena, desde que os índios sejam indenizados.

Outro projeto - apadrinhado por Eli-seu Rezende, chefe da Casa Civil, e Henrique Meirelles, ministro da Fazenda - facilita a venda de terras brasileiras para empresas estrangeiras e deve ser discutido no Congresso ainda este ano. A proposta suspende os limites para a aquisição de terras por estrangeiros, ressalvando apenas que a propriedade em mãos de estrangeiros não pode superar 25% do território nacional. De forma geral a proposta se inscreve no programa de privatização e alienação dos recursos naturais, marca registrada do atual governo, já demonstrada no pré-sal e outras áreas. E certamente não estará enganado quem fizer uma relação entre este projeto e o anunciado exercício militar conjunto entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos, previsto para novembro deste ano na fronteira tríplice entre Brasil, Peru e Colômbia.

No interior do país, antes da lei operam as sinalizações. Não por acaso recomeçam nos jornais as notícias de violências como a que vitimou os índios Gamela, no Maranhão, a chacina de dez camponeses em Pau d'Arco, no Pará, ataques contra carros do Ibama, na divisa entre Pará e Mato Grosso, além do recrudescimento da ação de grileiros no interior de Unidades de Conservação e Florestas Nacionais na Amazônia.

O governo Temer é o sinal verde esperado por latifundiários, madeireiras, mineradoras para o assalto definitivo às terras do Brasil.

É preciso apagar este farol.



Luiz Arnaldo Dias Campos é cineasta, militante do PSOL, integrante do Comitê Executivo da revista **SOCIALISMO e LIBERDADE**.

Existe pecado do lado debaixo do Equador:

O Norte e a invisibilidade da dor

Lívia Duarte

São três da manhã. Há disparos. Ninguém vê de onde vêm. Amanhece, pessoas no chão. São 10? São 20? O sangue lava as valas. Dezenas de pessoas choram. Uns por quem foi. A maioria se reconhece como quem pode ir.

De que lugar do mundo falamos?

Vale a pena mudar nossos avatares nas redes sociais? Fazer menção com cores em

palácios? É válido o luto?

De que lugar do mundo falamos?

Pará, Amazônia, Brasil. Chacinas em série. Crimes que retroalimentam a espiral da violência impune. São estatísticas, mas não somente. São pessoas. Humanas e humanos. Seres cujo sangue irriga um mar de convivência, e de solidão até na hora da morte. Ninguém sabe, ninguém viu, ninguém sente. Ninguéns.

Gabriel, Frank, Eunice, Hugo, Alex,

Eduardo, Helder, Edvaldo, Flá-

vio, Rosivaldo, Fagner,

Erisvaldo, Luciano,

Anderson, Glau-

ber, Ronaldo,

Rerysson, Jho-

ni, Elvis, Joel-

son, Jacilene,

Walber, Edi-

son, Carlos,

Caio... São

25 vítimas

(na verdade,

veio a se saber de-

pois, dois outros fe-

ridos não resistiram aos

ferimentos, totalizando

27 vítimas fatais da maior

chacina

de 2017). Todas assassinadas na Grande Belém, entre os dias 20 e 21 de janeiro deste ano, em apenas mais uma das muitas chacinas que aqui acontecem. O que têm em comum, além da idade entre 16 e 30 anos e a cor da pele? São vítimas de uma máquina de matar, que age, muitas vezes, sob proteção oficial.

Os números revelam uma verdadeira guerra: no Pará, tão rico e tão perversamente espoliado, são chacinas em série. O medo ecoa. Em 2017, de janeiro para cá, são pelo menos 46 pessoas assassinadas com evidentes sinais de execução na Grande Belém. Se adicionarmos os mortos nos intermináveis e impunes conflitos no campo, soma-se quase 70 vítimas, oferecidas em sacrifício a uma sociedade que virou a máquina de matar.

A região Norte do Brasil carrega o histórico dilacerado de acumular índices de massacres, que não revelam apenas o retrato do medo e a violência por condições de sobrevivência, como também revelam a inoperância do Estado em garantir minimamente condições de vida e segurança. Por que não sabemos o que se passa? Por que está tão longe de nós, estando tão perto? Por que não ocupa os telejornais? Não vira notícia ou faz parte do vendável nortista, como o açaí ou o jambú?



Nessa grande engrenagem capitalista, não há lugar para uma mídia que noticie a solidariedade e luto por quem não tenha olhos azuis, não seja branco e não tenha morrido embarcando em um aeroporto internacional.

Estamos impregnados da seletividade que aponta para o que é belo ou feio, para quem devemos amar, com quem devemos casar e até por quem choramos.

São pessoas todos esses numerais pintadinhos de cores diferentes! São gente de carne, osso e sonhos, esses traços em relatórios de violência.

Para tornar o quadro mais assustador, há nos dias que correm uma espécie de aceitação e legitimação dessa guerra de extermínio. Parte expressiva da sociedade, acuada pelos indecentes números da criminalidade, passa a depositar suas esperanças nos chamados “justiceiros”, responsáveis por “limpar” as áreas da periferia, impondo uma lei sangrenta em nome de uma suposta “paz social”. Ledo e fatal engano. As milícias são a outra face do crime, policial-bandido, a serviço, não raro, de organizações e quadrilhas de narcotraficantes.

Em janeiro de 2015, após uma chacina que ceifou a vida de 11 inocentes na periferia da capital paraense, ocorrida na madrugada entre 4 e 5 de novembro do ano anterior, foi aprovado o relatório da CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do Pará. Lá, com todas as letras, dezenas de suspeitos de integrarem esses bandos criminosos – fardados ou não – e um elenco de pedidos de providências, formulados a partir do trabalho corajoso dos deputados Edmilson Rodrigues (PSOL) e Carlos Bordalo (PT), respectivamente autor e relator da comissão. O governo do Estado, como sempre, fez ouvidos de mercador e novos e mais sangren-

tos episódios de execuções foram se sucedendo.

Em um trecho deste relatório está a síntese dramática do que são efetivamente esses grupos de supostos “justiceiros”: está provado que “o ‘justiçamento’ não passa de simples extermínio, conduta autoritária, criminosa, atentatória contra o Estado Democrático de Direito, as liberdades individuais e constitui-se como poder paralelo aos poderes constituídos sempre é motivado por dinheiro ou vantagens de qualquer natureza, não existe ‘justiçamento’, existe oportunidade de ganhar dinheiro”. Mais claro,

impossível.

Mas é no mínimo ingênuo acreditar que esse fenômeno esteja ligado à opção deste ou daquele governo, somente. Essa tal máquina de matar negros, negros e indígenas tem nome: capitalismo, na sua fase monopolista. Esse é o inimigo a combater, pela simples razão de estar na raiz de toda essa tragédia mais que anunciada, ou em um trocadilho exato: não anunciada. Um Brasil que se embrutece e naturaliza a matança sistemática das maiorias sociais – negros e negras, indígenas, que respondem por cada sete de cada dez massacrados no país, segundo os



MÉDIA NINJA



insuspeitos dados do Atlas da Violência no Brasil, com números compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base nas estatísticas de 2015. O estudo revela que pessoas negras têm chances 23,5% maiores de perderem a vida de forma violenta que as de outras raças. Quase 60 mil vítimas de homicídio: uma guerra civil não-dita, não declarada.

Isso precisa parar. Agora, sob pena de sacrificarmos de forma irremediável o futuro de nosso país.

E quando isso acontecerá? Quando essa matança insana de pobres, com cor específica cessará? Exatamente quando os pobres se livrarem do medo, essa companhia angustiante que povoa nossos dias e noites.

Libertos do medo, os pobres se levantarão. Se tornarão gigantes, trazendo em seu peito a força de nossos

ancestrais; as lanças da Mãe África e as bordunas de nossos parentes da invencível floresta.

É preciso manter a esperança viva. Talvez, acender a esperança seja o nosso principal papel. Dar voz aos sonhos que não interessam a ninguém. Como viva há de ser a vida de nossos irmãos e de nossas irmãs de todas as latitudes.

Penso, ao refletir sobre tantos mártires, que a luta nunca é em vão. Quando iniciei esse artigo, pensava no sonho sonhado por Salvador Allende, sob o cruel bombardeio e em meio às chamadas assassinas que consumiam o La Moneda. No transe final, que também teve a importância histórica desconhecida naqueles dias, Allende lembrou que, um dia, homens e mulheres livres haverão de transitar pelas alamedas de um mundo novo. Hoje, pensei em como Allende, gigante em seu pensamento e ações, pode

ser equiparado a um outro gigante sulamericano, de sonhos muito menos noticiados: o cacique tupinambá Guaimiaba, que tombou em solo paraense em 1619, na beira do rio com jeito de mar, atingido em combate por um tiro de arcabuz enquanto sonhava em retomar seu lar, o que somente seria possível com a derrota do português invasor e de suas armas que cuspiam fogo e morte.

O local onde tombou Guaimiaba foi o berço de Belém. Forte do Presépio, depois Forte do Castelo, depois, Santa Maria de Belém do Grão Pará. Desde criança me chamavam a atenção aqueles canhões coloniais voltados para o continente e não para o exterior, como seria de se esperar. O "inimigo" era o povo da floresta e a chamada "civilização" trouxe, na verdade, a semente da barbárie. Mas como lembrou o genial poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro aquele nicho original da cidade do Pará nasceu sob o "sol de afiadíssimos cristais (...) Flechas tupinambás de Guaimiaba cravaram-se no chão da história.(...) A memória vivendo de memórias relidas na memória, segue os passos tão leves destas tardes caminhantes nos tempos não perdidos de Belém" (Para ler como quem anda nas ruas, 1998).

Nesses tempos de desmonte e de ataques aos direitos do povo brasileiro, é hora de retomar a caminhada e refletir também sobre o Brasil que não passa nos telejornais. Vamos acreditar, construir, lutar e abrir a garganta, aumentar o eco para essa utopia possível, nos empoderando e nos vestindo da realidade, da dor e da coragem dos povos.



Lívia Duarte é feminista e integra a direção nacional do PSOL.

O Brasil e a Segunda Contradição do Capitalismo: **considerações**



Ary Carvalho de Miranda

A transformação da natureza pelo homem é componente básico de sua sociabilidade, sem a qual não seria possível sua sobrevivência e reprodução. Durante milênios, tais transformações, decorrentes de processos produtivos, tiveram consequências localizadas ou com pouca capacidade de propagação. No entanto, fundamentalmente a partir do século XIX e, particularmente, desde a segunda metade do século XX e nos dias atuais, estes processos têm proporcionado alterações socioambientais de intensidade e escala jamais experimentadas

na história da humanidade.

No Brasil, a invasão dos portugueses, em 1500, inaugura o processo de dominação sobre os povos locais, no qual a relação com a natureza foi mediada pelos interesses estritamente comerciais, e tudo passou a ser transformado em mercadorias, destinadas ao consumo europeu. Para tal, o plantation foi o modelo adotado para a organização produtiva. Tratava-se de grandes unidades de área contínua, com prática da monocultura. A força de trabalho escrava era combinada com técnicas de produção avançadas para a época, trazidas pelos europeus, e o monopólio foi a forma definida de

propriedade da terra.

Em 1850, em decorrência da pressão inglesa para a substituição da força de trabalho escrava pelo trabalho assalariado, é definido o primeiro marco jurídico de propriedade da terra no país: a Lei 601 que, para impedir o acesso dos escravos livres à terra, institui a propriedade privada do solo, que, como afirma João Pedro Stedile, constitui-se como o batistério do latifúndio, que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a nossa injusta estrutura fundiária.

Este seria, digamos, o elemento seminal do modelo de desenvolvimento

agrário brasileiro, hoje marcado pela inserção do país na ordem econômica internacional como produtor de commodities agrícolas, pecuárias, minerais e petróleo, cujos processos produtivos são responsáveis por enormes impactos socioambientais. A revolução verde foi uma das forças motrizes deste processo, que articula monoculturas, o revolvimento intensivo dos solos, o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, a irrigação e a manipulação dos genomas de plantas e animais domésticos. Como destaca Paulo Petersen, é um sistema que promove a desconexão entre a agricultura e os ecossistemas naturais, rompendo as relações de coprodução entre natureza e agricultura, que orientaram o progresso técnico por milênios.

Mas não foi só no Brasil. Nos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, o impacto do livro de Raquel Carson, intitulado Primavera Silenciosa, foi de tal ordem que desencadeou uma mobilização nacional, devido à utilização de agrotóxicos, que resultou na proibição do uso doméstico do DDT e, em seguida, na criação da EPA (Agência Proteção Ambiental). Em vários países ampliaram-se e diversificaram-se movimentos ecológicos. É o caso, por exemplo, do Environmental Defense Fund (EUA, 1967); da Fédération Française

des Sociétés de Protection de La Nature (1968), do Friends of the Earth International (1971); do Greenpeace (Canadá, 1971), do Bureau Européen de l'Environnement (Bruxelas, 1974), que passaram a colocar em questão a forma de exploração dos ecossistemas e a degradação ambiental.

No Brasil, a partir dos anos 1980, a política agrária acentua significativa-

concentração de terras e acentua a expulsão de trabalhadores para áreas de expansão da fronteira agrícola e para grandes centros urbanos, intensificando conflitos socioambientais.

Ademais, as tecnologias que incorporam o uso intensivo e extensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos utilizados nas monoculturas ganham arranque, fazendo do país o maior mercado de agrotóxicos do mundo, seguido pelos EUA. A partir de 2008, nossa taxa de crescimento de importação de princípios ativos foi de 400% e a de produtos formulados foi de 700%. Este modelo químico integra um conjunto de práticas de trabalho degradante, com significativos impactos nos modos de vida dos trabalhadores do campo. Acidentes e doenças do trabalho, contaminação química das águas, do ar e do solo em toda a cadeia produtiva agrícola geram consequências importantes à vida dos trabalhadores e seus familiares e às espécies da fauna e da flora que lá permanecem.

Importa também destacar o significado das atividades mineradoras. O crime da Samarco, com o rompimento da barragem de minério de ferro, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, em novembro de 2015, é apenas a expressão recente deste modelo, que acompanha o chamado mega ciclo das com-

Ademais, as tecnologias que incorporam o uso intensivo e extensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos utilizados nas monoculturas ganham arranque, fazendo do país o maior mercado de agrotóxicos do mundo, seguido pelos EUA. A partir de 2008, nossa taxa de crescimento de importação de princípios ativos foi de 400%

mente os domínios do agronegócio, marcado pela intensa concentração fundiária por grupos transnacionais. Este fenômeno fez com que, em 2003, 112 mil propriedades concentrassem 215 milhões de hectares de terra e, sete anos depois, mais cem milhões de hectares passassem ao controle de grandes empresas. Deste modo, aprofunda a

modities minerais no mundo, a partir dos anos 2000, quando as importações globais de minérios passaram, entre 2003 e 2013, de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões. Deste total, o Brasil, em 2013, apresenta-se como o segundo maior exportador, respondendo por 14,3 % de toda a exportação mundial de minério.

Em 2014 a Samarco faturou R\$ 7,2 bilhões e, ainda assim, pela volúpia do lucro negligenciou a segurança ambiental, o que levou ao rompimento da barragem que matou 20 pessoas, desalojou centenas de suas casas, destruídas pelos rejeitos, e contaminou seriamente a bacia do Rio Doce, uma das mais importantes da Região Sudeste e do país, afetando a vida de milhares de pessoas. Estamos diante da maior catástrofe socioambiental do Brasil, e talvez a maior da megamineração de ferro no mundo, inclusive com impacto adicional sobre o mar.

Trata-se de processos produtivos espoliadores dos ecossistemas pelo grande capital e que cursam com extrema violência. No decorrer do ano de 2009 foram registradas, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 528 ocorrências de conflitos de terra, em todo o país. Em 2016, esse número chegou a 1.295, com 61 assassinatos. Houve também 172 conflitos por acesso e uso da água, atingindo 44.471 fa-

mílias. Houve ainda 2.639 famílias expulsas de suas terras, o que representa um número 232% maior que em 2015, além de prisões, destruição de casas, torturas e mutilações. Hoje, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), existem 120 mil famílias acampadas à espera de assentamento.

Todos estes episódios têm um componente comum: a apropriação dos



bens naturais pelo grande capital e a resistência das populações atingidas, que incluem indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, ribeirinhos, faxinais e de fundo de pasto, assim como diversas outras expressões de trabalhadores do campo e das florestas. Todas são formas identitárias de

uso comum dos recursos naturais por famílias agroextrativistas.

Tais identidades coletivas fazem surgir um conjunto de movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1980, em defesa da manutenção e da reprodução de seus modos de vida, como: MST, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Coordenação Indígena Brasileira, Coordenação Nacional Qui-

lombola, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento, Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas, Movimento Nacional dos Pescadores, Central de Fundo de Pastos, além de várias outras organizações. São movimentos que, em algumas de suas faces, também se internacionalizam. A Via Campesina é uma expressão disso. Composta por 164 entidades de 73 países, na África, na Ásia, na Europa e nas Américas,

representa em torno de 200 milhões de camponeses.

Estes são componentes significativos do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Enquanto para o capital, as condições de produção (que incluem riquezas naturais, força de trabalho e infraestrutura de comunicação, transporte, educação, saúde

e demais capitais sociais) são essenciais para a acumulação de riqueza, para os trabalhadores e a população em geral, elas são essenciais na preservação, não somente de sua subsistência física, mas também de seu patrimônio cultural, expressão da produção e reprodução de seus modos de vida.

Todo este cenário inerente à crise socioambiental, expressa o que está sendo considerada como a “segunda contradição” do capitalismo. As crises tradicionais do capitalismo estiveram historicamente relacionadas às contradições entre forças produtivas e relações de produção e as formas específicas destas contradições repousam na realização do valor e do mais-valor, inerentes à produção e à circulação do capital, sendo a relação capital/trabalho o componente central destas contradições, cujo devir social se expressa na luta de classes. Por outro lado, a crise socioecológica, inerente à “segunda contradição”, expressa a contradição (para além da contradição

capital/trabalho) entre o capital e as riquezas naturais, componentes das condições de produção, que devem ser compreendidas também como forças produtivas.

As interações do capital com as condições de produção têm nas riquezas naturais a viabilidade dos ecossistemas; a adequação dos níveis de ozônio

na atmosfera; as mudanças climáticas; a estabilidade do litoral e áreas de drenagem; a propriedade e qualidade do solo; a qualidade do ar; o acesso à água e demais riquezas naturais. A força de trabalho é tida pelo grau de socialização do trabalhador e por todo o universo das relações de trabalho. Os meios de consumo coletivo para a realização da vida social, ou seja, o sistema

as relações de produção capitalista e as condições de produção são também entre produção e realização de valor e mais valor, exigindo que os agentes sociais de transformação no enfrentamento ao capital incluam, na agenda da luta de classes, questões relativas à segurança e à saúde nos locais de trabalho, produção e descarte de lixo tóxico, o uso de recursos naturais, os

arranjos dos espaços urbanos, luta pela terra, entre outros.

Com este referencial, e asseverando o homem como parte da natureza, destacamos a crítica que faz Peter Dickens, em *A Green Marxism? Labor Processes, Alienation and the Division of Labor*, às concepções que não levam em consideração os mecanismos políticos e sociais que determinam a crise socioambiental: o capitalismo subjuga o homem ao capital no processo de trabalho e concebe a natureza como um meio, e não um fim, conferindo-lhe valores, antes de tudo, monetários. Com isso, a relação de identidade que havia entre

as pessoas e a natureza se transforma em relação alienada. Eis um dos desafios a enfrentar na perspectiva da luta política em direção à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

O capitalismo subjuga o homem ao capital no processo de trabalho e concebe a natureza como um meio, e não um fim, conferindo-lhe valores, antes de tudo, monetários. A relação de identidade que havia entre as pessoas e a natureza se transforma em relação alienada. Eis um dos desafios a enfrentar na perspectiva da luta política

de comunicação, transporte, saúde, educação, cultura etc, são componentes do capital social. Assim, a esfera do ambiente, onde se constrói a vida social, constitui-se não só como força produtiva, mas também como relações de produção, consignando o universo das contradições no interior do capitalismo. Ou seja, as contradições entre



Ary Carvalho de Miranda
é professor da Escola
Nacional de Saúde Pública
da Fundação Oswaldo Cruz.

“Escola sem partido” e a sociabilidade do capital

Rodrigo da Silva Pereira

O famigerado movimento “Escola sem partido” (ESP) tem ocupado pensamentos e ações de diversos educadores pelo país afora. Trata-se de um movimento orquestrado por setores conservadores da sociedade civil que busca “disciplinar” o trabalho docente, sobretudo nas escolas de educação básica pública.

Espraiados pelo movimento conservador que ganhou fôlego após a falência do projeto de conciliação de classes dos governos petistas, o ESP ganha destaque e a simpatia nos setores mais atrasados do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais. Idealizado pelo procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, o ESP propõe uma verdadeira mordada aos educadores com o argumento de que a função da escola é somente ensinar, diferente, portanto, daquilo que mandam a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases, que deixam clara a função social da escola e suas finalidades: pleno desenvolvimento da pessoa; formação para cidadania e preparação para o trabalho, permeados pelos princípios da liberdade de aprender e ensinar e da pluralidade das ideias e concepções pedagógicas.

São vários os projetos de lei que tramitam pelas casas legislativas do país, porém, para além dos fundamentos cerceadores do trabalho docente, há no mínimo três elementos que lhes dão certa unicidade: i) são propostos

por parlamentares de partidos conservadores; ii) atacam a educação e a escola pública; iii) detêm apoio do empresariado educacional e dos detentores dos meios de produção.

Nesse sentido, o ESP deve ser analisado para além de sua aparência fenomênica – via discurso da liberdade de ensinar. É preciso desvelar o que está oculto no projeto, quais são, de

fato, suas intencionalidades? Qual a sua essência? Nos ajuda nessa reflexão não isolar o ESP das demais iniciativas que ganharam força no período que se abriu após o golpe de 2016 e, estas, da dinâmica mais geral do processo de reconfiguração do capital internacional e nacional e suas repercussões na educação.

Gramsci nos alertava para o fato de



que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, e essa relação será desenvolvida pelos grupos dominantes na direção do Estado, imputando a este uma condição educadora que intenta obter (falsos) consensos a favor dos interesses de classe a qual está submetido. Nesse processo, as classes dominantes formam seus intelectuais orgânicos para que sejam os caudatários das intencionalidades do capital. Por sua vez, esses intelectuais constroem, difundem e organizam um determinado tipo de sociabilidade que precisa ganhar terreno, sobretudo, na superestrutura, a fim de formar cidadãos de novo tipo que consentem com uma realidade estranhada do seu fazer cotidiano.

Nesses termos, escola e educação são fenômenos essencialmente políticos. Não há neutralidade no ato de ensinar e educar. Todas as teorias de ensino-aprendizagem são permeadas de metodologias e métodos que respondem a determinadas concepções de homem, de sociedade e de mundo. O que há de fato, nesse discurso de suposta neutralidade que empreende o ESP, é o absolutismo, em última instância, a negação do diferente, a intolerância com o diverso.

Localizam-se nesse processo as contrarreformas educacionais empreendidas pelo governo Temer. Não por acaso foram a PEC do Teto dos Gastos e a do Ensino Médio as primeiras iniciativas do governo golpista. Isso porque retirar recursos da educação e da saúde é de interesse do capital em duas direções: a primeira corresponde à disputa e à expropriação do fundo público; a segunda à mercantilização e à privatização, atacando o direito universal à educação pública. Por outro lado, retomar as teses do Capital Humano, via ensino médio, é resgatar o aprofunda-

Como se não bastassem esses ataques ao caráter público, laico e gratuito da educação e à sua função social, coletiva e solidária, o governo golpista intenta um novo currículo para educação básica pública no qual o slogan das competências de aprendizagem assume centralidade, materializando as diretrizes do Escola Sem Partido

mento da dualidade estrutural nessa etapa da educação básica, fortalecendo um ensino para ricos e outro para pobres, como bem apontou Andrea Caldas em número anterior desta revista.

As duas iniciativas corroboram aquele processo de formação de cidadãos de novo tipo, devidamente instruídos e treinados para atender às demandas do mercado de trabalho, e às novas exigências do processo de reestruturação produtiva do capital. Coadunam com elas, a “liberdade de ensinar” defendida pelos arautos do ESP que tem haver com essa sociabilidade capitalista que busca estudantes e professores apaziguados, sem opinião, corpos sem mente, desumanizados, generalizados, expropriados dos determinantes que lhes dão sentido humano.

Nesses termos, a essência da “Escola sem partido” parte da aparente defesa da liberdade de ensinar para percorrer o caminho do pensamento único, da escola de partido único. A “liberdade de ensinar” refere-se, apenas, ao ensino instrumental, comprometido com as determinações do capital, do seu empresariado educacional local e global. Uma educação competente, eficiente e eficaz, segundo os parâmetros privados, meritocráticos, sem função social e coletiva.

Embora ainda não aprovados no Congresso Nacional, os parâmetros da ESP já gozam de ampla aceitação nos setores conservadores, a exemplo da reação aos debates sobre gênero nos planos nacional, estaduais e municipais da educação. Ou ainda no debate sobre o kit anti-homofobia nas escolas, indo além, no sentido do enfraquecimento do princípio da laicidade do Estado e, por conseguinte, de suas instituições, em favor do ensino religioso nas escolas públicas.

Como se não bastassem esses ataques



TÂNIA REGO/AG BRASIL

ao caráter público, laico e gratuito da educação e à sua função social, coletiva e solidária, o governo golpista intenta um novo currículo para educação básica pública no qual o slogan das competências de aprendizagem assume centralidade, materializando as diretrizes do ESP. Mesmo que, à primeira vista, essa simbiose esteja velada, a análise mais aprofundada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defendida pelo atual Ministério da Educação, caminha para fixar aos educadores conteúdos estáticos que engessarão ainda mais o trabalho docente, impondo aos profissionais do magistério uma cartilha linear, a exemplo do que já acontece em diversos sistemas municipais de ensino que se utilizam de métodos de apostilamento de conteúdos, prática que tem origem nas instituições privadas.

O projeto hegemônico-conservador caminha a passos largos na sociedade brasileira. O golpe acentuou essa marcha e, na educação, esse projeto tem se materializado de maneira mais acelerada do que em outras áreas sociais.

Isso porque estamos lidando com intelectuais orgânicos que reconhecem o papel da educação na formação para a cidadania, com olhar crítico e libertador dos seres humanos. Portanto, faz parte da sociabilidade do capital uma educação desnutrida de sentidos.

Tanto é assim que o governo golpista rompeu com todas as conquistas democráticas – mesmo que contraditórias – do último período, a exemplo do protagonismo da sociedade civil organizada na construção da Conferência Nacional de Educação, na participação no Fórum Nacional de Educação e do monitoramento e implementação do Plano Nacional de Educação. Ação autoritária que levou diversas entidades científicas, sindicais e sociais do movimento social de educação a construir o Fórum Nacional Popular de Educação e organizarem uma Conferência Nacional Popular de Educação, em paralelo às ações do MEC golpista.

É importante salientar, portanto, que o movimento “Escola sem Partido” não é apenas uma manifestação isola-

da do conservadorismo que assombra a sociedade brasileira, ele faz parte de um todo muito organizado e que concatena suas ações, ora via representantes na sociedade civil, ora no mundo político.

Por um lado, criam manifestações ideológicas para a construção de (falsos) consensos; por outro, materializam ações que enfraquecem o financiamento público da educação e limitam o trabalho docente.

Se é verdade que todos somos filósofos e que cabe a nós não só interpretar o mundo, mas, decididamente, transformá-lo, precisamos continuar mobilizados para enfrentar essa e outras atrocidades que atentam contra a educação pública, gratuita, democrática, laica e com qualidade socialmente referenciada.



Rodrigo da Silva Pereira é cientista Social. Mestre e doutor em educação, professor-adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.



SIDNEY OLIVEIRA/AG

Saúde e crise da democracia:

Por uma reforma sanitária que recupere o SUS constitucional

Ronaldo M. Gomes

DE QUE SUS ESTAMOS FALANDO?

Em artigo no número 16 desta revista, Lígia Bahia mostrou que existem diferentes versões do SUS (Sistema Único de Saúde), desde os que defendem a versão de um SUS focalizado, o “SUS para os pobres”, como é hoje, até os que se batem por seu projeto original, inscrito na Constituição de 1988 (nacional, estatal, público, integral, integrado, gratuito, universal, equânime e de qualidade).

Para esses últimos, segundo ela, a questão central é: “O que se precisa fazer para o SUS dar certo?” Mas a resposta a esta questão não é fácil, porque “a distância que separa o projeto original da Reforma Sanitária e do SUS [na Constituição Federal de

1988], do que existe na prática, é imensa”.

Por essa razão aquela autora, em depoimento no importante artigo-reportagem “Cai a ficha da reforma sanitária”, nos diz que o que restou do “SUS Constitucional” é quase “um saco vazio”.

E por que “saco vazio”? Porque o SUS e sua “Rede Nacional” de Atenção à Saúde estão, há longos anos, amplamente privatizados e submetidos de modo permanente à política partidária e eleitoral na União, estados e municípios.

Isto significa que, para os 150 milhões de cidadãos que dependem exclusivamente do SUS, os mais desfavorecidos, os que não têm poder

aquisitivo para fugir para os planos de saúde privados, há longos anos os serviços oferecidos por este importantíssimo sistema público de saúde estão se degradando, o que resulta em sofrimento e mortes.

Por isso é urgente que enfrentemos a necessidade de responder à questão colocada por Lígia Bahia: “O que se precisa fazer para o SUS dar certo?”

SAÚDE, CRISE E CONTRARREFORMAS: O QUE FAZER NESTE MOMENTO?

É certo que ao longo do processo de impedimento de Dilma Rousseff (2/12/2015 a 31/8/2016), a direita mais corrupta e fascista empolgou o poder, e vem promovendo contrarre-

formas que retiram direitos políticos, sociais e humanos, e impõem os objetivos do capital financeiro rentista internacional e de seus aliados nacionais. Este processo impôs uma imensa derrota à esquerda e ao centro progressista, bem como ampliou sua fragmentação.

Por isto, quando se propõe o enfrentamento de questões setoriais, como o tema deste artigo, muitos se perguntam se, ao contrário, se não é o caso de juntarmos forças na luta mais ampla contra o avanço da direita, em busca de uma democracia realmente participativa e que privilegie as políticas sociais. Entretanto, esta é uma falsa dicotomia, pois o processo político mais amplo é, dialeticamente, causa e resultado do que ocorre nas lutas políticas setoriais.

Nesta perspectiva, é possível sugerir que no período após a Constituinte de 1987/88 o avanço da direita e do neoliberalismo, no quadro nacional, foi estimulado pela política de conciliação de classes explicitamente assumida pelo PT e seus aliados, no plano mais geral da política nacional, visando à conquista do poder nos municípios, nos estados e, principalmente, na Presidência da República, o que ocorreu em 2002.

Não à toa, o líder principal da direita mais corrupta e fascista que empolgou o poder no impedimento de Dilma era seu vice-presidente.

Em consequência, aquela política nacional de conciliação de classes, calcada em políticas sociais estritamente focalizadas e localizadas, cujo exemplo maior é o Bolsa-Família, permeou as políticas setoriais, em particular as políticas sociais e, em todas estas, provocou um recuo das forças de esquerda e do centro progressista, e foi realimentada por este recuo.

Por essas razões, cabe enfrentarmos as lutas setoriais juntamente com as

lutas políticas mais amplas, não apenas para reforçarmos estas últimas, mas também para que, no caso de sucesso parcial, digamos com a conquista da Presidência, estejamos mais preparados para as etapas seguintes, respondendo às responsabilidades daí decorrentes em cada setor da gestão do Estado, em particular nas políticas sociais.

Por isso, no caso do SUS, é fundamental enfrentarmos a necessidade de responder à questão colocada por Lígia Bahia: "O que se precisa fazer para o SUS dar certo?"

Antes, porém, é preciso entender como chegamos à atual situação do SUS.

POLÍTICA E SAÚDE PÚBLICA: UMA DINÂMICA COMPLEXA

O processo que nos trouxe à grave situação atual do SUS e do que deveria ser sua Rede Nacional de Atenção à Saúde é de caráter sociopolítico, complexo, e não cabe aqui detalhá-lo. Por isso, entre os vários aspectos possivelmente determinantes desse quadro, registro apenas alguns, e de modo simplificado:

I. Em primeiríssimo lugar, temos a organização atual do que deveria ser a Rede Nacional de Atenção à Saúde

do SUS, que seria o conjunto integral e articulado, em todo o território nacional, das unidades operacionais de atendimento a seus usuários. Essa rede englobaria desde os postos de saúde da atenção primária, as clínicas e hospitais para atendimentos de média complexidade, até os hospitais para cirurgias e tratamentos de alta complexidade, em todos os ramos da medicina.

Essa rede nacional não existe como rede articulada, pois a responsabilidade pela construção, manutenção e expansão de suas unidades operacionais está distribuída entre União, estados e municípios, os entes federados.

Considerando que o federalismo brasileiro, único no mundo, inclui a União, 26 estados, um Distrito Federal e cerca de 5.565 municípios, é fácil perceber porque a organização atual do SUS e de sua rede nacional é estruturalmente fragmentadora e desintegradora, e porque foi totalmente dominada pela política partidário-eleitoral. Por isso, ela é cada vez mais a grosseira colagem de milhares de «sistemas únicos» independentes, profundamente privatizados de vários modos, de "propriedade" de cada ente federado, inclusive a União e seus milhares de mutantes gestores políticos (dos entes federados) e "técnicos" das unidades operacionais (todos em cargos de confiança dos gestores políticos), totalmente submetida, essa organização atual, à política partidária e eleitoral. Esta situação produziu, ao longo dos anos, as mais diferentes tentativas de "soluções" para o SUS, em sua maioria completamente desintegradas umas das outras, e geralmente por obra do governo federal de plantão.

A mais recente e notória dessas iniciativas autônomas foi o programa Mais Médicos, que pretendia suprir os imensos vazios assistenciais nas

Esta situação produziu, ao longo dos anos, as mais diferentes tentativas de "soluções" para o SUS, em sua maioria desintegradas umas das outras, e geralmente por obra do governo de plantão

A adesão aos planos e seguros privados de saúde incluiu todos os acadêmicos que analisam e debatem o SUS e sua rede nacional; todos os gestores públicos dessa rede em todos os níveis e todos os seus funcionários; bem como o conjunto dos gestores e funcionários públicos em todos os níveis da federação.

periferias das grandes metrópoles e no interior do país, mas infelizmente se mostrou insustentável e limitada por diversas razões, entre estas pelo fato de que não basta apenas colocar médicos na atenção básica nesses vazios. É fundamental mantê-los por lá e fornecer os recursos de saúde necessários para dar continuidade ao atendimento daquelas populações.

É mais um curativo no SUS que agoniza!!!

II. Como pano de fundo, desde o fim da ditadura civil-militar tivemos a permanente hegemonia, sob diversas formas, dos setores mais conservadores, condicionando os complexos contextos políticos que sempre marcaram o tortuoso processo de construção do SUS e sua rede nacional.

III. Nessa dinâmica, a adesão de boa parte da esquerda, liderada pelo PT, ao que denomino “neoliberalismo-social” teve papel importantíssimo, pois uma vez no poder privilegiou políticas sociais focalizadas e privatizantes, em detrimento das políticas públicas, estatais, universais e gratuitas.

IV. Em consequência, ao longo dos anos, a adesão aos planos e seguros privados de saúde incluiu todos os acadêmicos que analisam e debatem o SUS e sua rede nacional; todos os gestores públicos dessa rede em todos os níveis e todos os seus funcionários; bem como o conjunto dos gestores e funcionários públicos em todos os ní-

veis da federação. Além desses, temos também os funcionários de grandes e médias empresas, estatais e privadas, beneficiados com planos de saúde empresariais, incluindo boa parte da classe trabalhadora dos setores modernos da economia.

Ou seja, os formadores de opinião, os que têm maior acesso aos meios de comunicação e debate, e os que decidem, em todas as instâncias federativas e poderes da República, “não necessitam” do SUS, não apenas no sentido de que não o têm como primeira opção de plano de saúde, mas também, e muito mais simbólico, no sentido de que dele, como usuários em potencial, querem se livrar a todo custo.

Tudo isto resultou num quadro em que, grosso modo, existem hoje dois tipos de militantes pelo SUS, ambos muito heterogêneos: (1) com raras exceções, os acadêmicos, incluindo aqueles originários do Movimento da Reforma Sanitária, que aderiram ao lulismo e que defendem o SUS teoricamente; (2) a nova geração pós Constituição de 88, que milita e protesta intensamente contra a miríade de problemas do SUS e os ataques a este.

Sempre com as exceções de praxe, nenhum dos dois grupos tem visão estratégica e tática do contexto da luta e de seus objetivos principais e secundários; nenhum percebe ou quer perceber a importância fundamental

do combate ao principal problema: a organização atual do SUS, federativa e municipalista, fonte maior de todas as outras questões.

O QUE FAZER CONTRA ISSO?

Essa é uma questão essencialmente política!

Por isto, na perspectiva deste escriba, e de autores importantes, só há uma alternativa: reconhecer e superar a razão principal dos graves problemas de carências, fragmentação, desintegração, fragilidade, submissão à política partidário-eleitoral e privatização do SUS e sua rede nacional.

Ou seja, assumir a liderança da proposta de uma Nova Reforma Sanitária, agora radicalizada em seu caráter civilizatório, antiliberal, por um SUS totalmente estatal e nacionalizado, nacionalmente gerido, integral e integrado em todo o território nacional, superando a organização atual de sua rede nacional, hoje estruturada num federalismo alucinado e autárquico, para que o SUS possa ser efetivamente universal, equânime e de qualidade, além de uma arma poderosa contra a politicagem, a medicina privada e os conglomerados financeiros da saúde, que hoje dominam o SUS e sua rede nacional em todos os entes federados.

A partir dessa proposta básica, ao longo dos debates entre os setores progressistas da sociedade, o enunciado e a formulação dessa Nova Reforma Sanitária que se tornarem majoritários vão orientar a luta por um novo SUS.



Ronaldo M. Gomes é mestre em Políticas Públicas, Estratégias e

Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UFRJ. Especialista em Gestão de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro¹

¹ Em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/repotagem/cai-a-ficha-da-reforma-sanitaria>.

EMPODERAMENTO: projeto do capital ou de resistência?



Antônia Andrade

No final da década de 90, do ângulo economicista produziram-se e ampliaram-se espaços para expressões dissimuladas de “humanitárias”, por meio

das quais se enfatizaram conceitos como justiça social, equidade, comunitário, inclusão, oportunidade e *empowerment*, todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os vínculos de solidariedade,

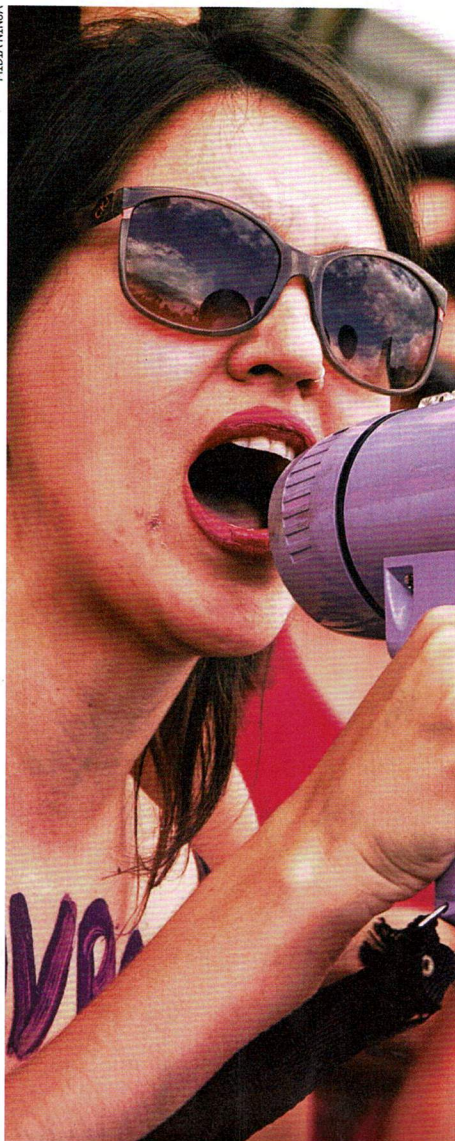
de paz e de prosperidade. São conceitos que promovem apaziguamento à classe trabalhadora, de natureza “redentora” para todos os males criados pela crise capitalista.

Destacado dentre essas categorias, o

termo *empowerment*, segundo alguns estudiosos afirmam, originou-se nos Estados Unidos no final da década de 70 e, desde o início da década de 90, esta forma de linguagem tem sido utilizada em documentos de organismos nacionais e internacionais para estabelecimento de políticas públicas. Trata-se do pressuposto de que grupos historicamente excluídos e discriminados na sociedade sofrem de uma “ausência” de poder, que resulta no enfraquecimento da luta para usufruto de seus direitos políticos, econômicos e sociais. Para mudar esta circunstância, é imperativo que ocorra *empowerment* ou “empoderamento” de sujeitos, individuais e coletivos. Trata-se de categoria de natureza ambígua, cujo entendimento é apresentado sob diferentes formas na literatura.

A aproximação desse conceito, tanto teoricamente quanto de forma instrumental, vem ocorrendo com mais frequência vinculada à questão de gênero. A lógica da sociedade patriarcal que originou as desigualdades de gênero, ainda presente, carece de reflexão a partir das relações de classe, gênero e etnia. Nesse contexto, compreende-se a situação imposta à mulher de um espaço social que, em geral, abrange a função da maternidade e do trabalho doméstico. Também nos permite compreender, no tocante à ocupação de espaços de cargos de direção, que a mulher ainda necessita mobilizar forças físicas, intelectuais ou morais para obter visibilidade e algum prestígio, e que, muitas vezes, seus esforços para ser reconhecida acabam sendo usurpados pelos homens ocupantes de cargos de direção.

No cenário político brasileiro, dados de 2014 divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no relatório anual socioeconômico da mulher demonstram que a participação das mulheres



MÉDIA NINJA

**É fundamental
compreender
a realidade
social além das
aparências.
A máxima do
empowerment
sob o viés do
capital, defendida
por grupos
hegemônicos,
está voltada para
satisfação de
grupos privados**

em cargos de gestão e de representatividade política ainda é menos visível que a dos homens, mesmo sendo as mulheres 52,1% do eleitorado do país. Segundo os dados do IBGE (2012), 42,6 % dos cargos de direção são ocupados por homens brancos, 25,4% por mulheres brancas, 19,6% por homens negros, 10,8% por mulheres negras e 1,6% por outros/as.

Notadamente existe uma sobreposição vinculada à questão de gênero e raça/etnia, que também se manifesta no mercado de trabalho. Segundo a PNAD 2014, a proporção do rendimento das mulheres em relação ao rendimento dos homens passou de 73,5%, em 2013, para 74,5%, em 2014. Em média, em 2014, os homens receberam R\$ 1.987, enquanto as mulheres, R\$ 1.480. Vemos como as demandas por oportunidades iguais de trabalho continuam em pauta em todas as agendas para criação de políticas para as mulheres.

Muitos estudiosos, dentre eles SYED¹ (2010), questionam a eficácia e a forma como as políticas de empoderamento são criadas. Eles destacam a lógica do mercado capitalista dominante no debate sobre igualdade de gênero e de oportunidades encontradas no Gender Empowerment Measure (GEM), usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir o avanço dos programas de empoderamento. A avaliação mede a participação feminina no setor formal de emprego, não considerando atividades econômicas não remuneradas dos indivíduos dentro ou fora da casa, e com foco no rendimento individual.

Pode-se considerar que a partir da visão do feminismo liberal, o conceito de *empowerment* fica minimizado à igual-

1 SYED, Jawad. Reconstructing gender empowerment. Women's Studies International Forum. Elsevier. Kent, Reino Unido. 2010.

dade em relação aos homens do rendimento produtivo do mercado de trabalho. Nesse sentido, empoderar-se vem do poder econômico/produtivo, e não de outros aspectos, como o bem-estar social e humano dos indivíduos. As feministas liberais, ao invés de promover rupturas com o *status quo* do capitalismo fortaleceram suas bases, enfraquecendo a perspectiva revolucionária do movimento de mulheres.

Não desejamos aqui negar o valor que o viés econômico tem para o empoderamento feminino. Pelo contrário, o desenvolvimento econômico é imprescindível para que as mulheres melhorem sua posição na sociedade. No entanto, é necessário que não fetichizemos o *empowerment* econômico, pois de nada valerá se ele for utilizado a serviço do mercado e não da emancipação humana. Para isso ocorrer, depende da consciência do movimento feminista, do povo, pois não se trata de um processo espontâneo ou "dado" por alguém, movido por um poder que domina e dirige outros seres humanos. Na lógica revolucionária, o empoderamento não é obra do capital, mas da classe trabalhadora, organizada conscientemente.

É fundamental compreender a realidade social além das aparências. A máxima do *empowerment* sob o viés do capital, defendida por grupos hegemônicos, está voltada para satisfação de grupos privados, com ênfase nas capacidades de competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho, pela competitividade. Assim, as trabalhadoras estarão "prontas" para vivenciar os princípios da "qualidade total", "vestem a camisa da empresa" para atingir o grau máximo de eficiência e produtividade, na busca pelo empoderamento pessoal. Nessa relação, deixa-se de lado

a luta coletiva e responsabilizam-se os sujeitos, as mulheres, pela sua "ausência" de empoderamento, pelos seus fracassos.

É necessário estabelecer a unidade na relação entre educação e cidadania, considerando que, quanto mais educados nessa lógica, mais condições terão os sujeitos de lutar, exigindo seus direitos e cumprindo seus deveres. Nessa perspectiva, o pensamento de Gramsci é basilar para se compreender a função do professor como intelectual. Para ele, a ciência e a arte política consideram uma totalidade de normas práticas de pesquisas e de observações particulares com utilidade para mover o interesse pela realidade concreta e promover concepções políticas mais rigorosas. (GRAMSCI², 2001).

O conceito de cidadania trabalhado

2 __. Cadernos do cárcere. Caderno 13: Maquiavel a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

O princípio educativo que os movimentos sociais desenvolvem em suas lutas, de enfrentamento aos problemas sociais como representantes do povo, são inegáveis estruturas educativas de formação de intelectuais que defendam a transformação da sociedade

por Gramsci pode orientar o movimento político contra-hegemônico que uma organização feminista comprometida com outro projeto de sociedade precisa fazer frente ao domínio de classes sua dimensão machista. Para ele, segundo MOCHCOVITCH³ (1992), cidadania

É a condição de cidadão, que se expressa num conjunto de direitos e deveres perante o Estado. Na ordem democrática, todos os indivíduos nascidos em um país são, formalmente pelo menos, cidadãos, portadores de direitos políticos e, nas democracias mais avançadas, de direitos sociais. [...] A cidadania deve assegurar a cada cidadão, pelo menos, 'abstratamente', as condições gerais de se tornar 'governante'. (MOCHCOVITCH, 1992, p. 66, grifos do autor).

A saída apresentada por Gramsci 4(2000) nos Cadernos do cárcere é a "escola unitária", concebida não para atender interesses de grupos, e sim para ser garantida a todas as classes pelo Estado, de maneira que permita a cada cidadão tornar-se governante, ou seja, experimentar o empoderamento. Gramsci defende como aspecto organizativo decisivo dessa escola a possibilidade de "criar os valores fundamentais do 'humanismo', a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, necessárias a uma posterior especialização". A preocupação do autor nessa dinâmica se volta para a formação para a intelectualidade, e ele afirma que "[...] todos os homens são intelectuais" (GRAMSCI⁵, 1979, p. 07), apesar de nem todos exercerem tal papel.

Por conseguinte, não podemos res-

3 MOCHCOVITCH, Luana Galano. Gramsci e a escola. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

4 GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

5 GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.



tringir a formação de tais intelectuais apenas ao espaço escolar. O princípio educativo que os movimentos sociais desenvolvem em suas ações de luta, de enfrentamento aos problemas sociais como representantes do povo, são inegáveis estruturas educativas de formação de intelectuais que defendam a transformação da sociedade. E quando transformam o meio, transformam a si mesmos. Os movimentos sociais também são organizações produtoras de intelectuais e de empoderamento, pois a educação dos sujeitos ocorre de múltiplas formas e dimensões.

Movimentos sociais são todas as formas de organização dos oprimidos que contribuem para a transformação da sociedade. Sua origem são os problemas concretos vividos pelo povo – condições de vida e trabalho; discriminações de gênero, raça, classe, opção sexual, credo religioso; destruição do ambiente; formas de participação política etc – mas seu início se dá pela intervenção de um “agente de mediação social” (intelectual orgânico, educador popular), ou seja, por militância e não de forma espontânea. (SOUZA6, 2003,

6 SOUZA, Ana Inês. Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba. Um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual.

p.4. grifos do autor).

Entende-se que essas questões conectam a importância da organização, de um empoderamento que seja coletivo, que naturalmente levam a projeto de disputa de sociedade contra-hegemônico, de um movimento para denúncias, rupturas com as problemáticas vividas pelas classes sociais mais desfavorecidas, sobretudo entre as mulheres, pois os movimentos sociais:

São aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que se imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea - os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores. (MOCHCOVITCH, 1992, p. 18).

Na compreensão gramsciana, a função do “intelectual orgânico”, engajado na luta política, cumpre seu papel revolucionário. Nesse sentido é importante que se compreenda o papel do movimento feminista, concebido como instrumento de lutas e atua-

Dissertação de mestrado em Educação e Trabalho: UFPR, 2003. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/doc%5Ceducpopmovimentos.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2017.

ção de grupos antagônicos que ora atua para o desenvolvimento da força produtiva e do lucro, ora, enquanto organizadores que promovem o confronto político e ideológico, da busca da hegemonia. No entanto, é importante enfatizar que a luta hegemônica defendida por Gramsci legitima a práxis como categoria fundamental para compreendermos o sentido pessoal e o significado social do empoderamento como projeto de resistência, pois ele:

Não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas... a práxis é “expressão das classes subalternas” que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades – inclusive as desagradáveis – e evitar enganos. (GRAMSCI, 1970, p.270).



Antônia Andrade é docente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenadora do Curso de Especialização em Política Educacional da UNIFAP. Dirigente do PSOL em Macapá.

cidade

#OCUPE ESTELITA

Reflexões sobre cultura e luta pela cidade



Leonardo Cisneros

Neste ano completaram-se cinco anos da resistência em defesa do Cais José Estelita, no Recife. Cinco anos em que um movimento inicialmente auto-organizado de forma espontânea a partir da internet vem conseguindo impor uma derrota a uma poderosa aliança entre o poder político e o “poder imobiliário”, impedindo até hoje que se batesse a primeira estaca de um projeto cujo lançamento estava previsto para antes da Copa do Mundo de 2014. Um projeto bilionário, bancado por investidores estrangeiros e proposto por um conjunto de construtoras hoje enlacradas com a Lava-Jato, e que prometia um “Novo Recife” com 13 torres espelhadas de 40 andares engravadas em um dos principais cartões postais da cidade.

A cultura foi uma das armas centrais nesta luta. Desde o início uma das principais forças do movimento foi a maneira como conseguiu articular uma grande efervescência criativa e, com ela, colocar a defesa do Cais José Estelita e o tema do direito à cidade como tópico de discussão em todo Recife. Isso aconteceu desde a profusão de cartazes e peças visuais até as dezenas de shows nos vários encontros OcupaEstelita, feitos do lado de fora dos armazéns, e durante a própria ocupação do terreno, em 2014.

Nestes cinco anos foram feitas mais de sessenta peças audiovisuais, com destaque para os curtas *Velho Recife Novo*, de 2012, (<https://youtu.be/HIYNmG1G3d8>), *Recife Cidade Roubadada* (<https://youtu.be/dJY1XE2S9Pk>) e a sátira *Novo Apocalipse Recife* (<https://youtu.be/-YD1UtwFnKc>), dentre vários outros (<https://www.youtube.com/user/ocupeestelita>). Até mesmo uma agremiação carnavalesca

surgiu daí, a Troça Empatando Sua Vista, em que foliões saem fantasiados de prédio no meio da multidão. A sátira feita pela troça e a lembrança do poder das construtoras no Recife incomoda tanto que a troça tem sido alvo de espionagem e perseguição policial pelo governo de Pernambuco (<https://goo.gl/AJqmpQ>).

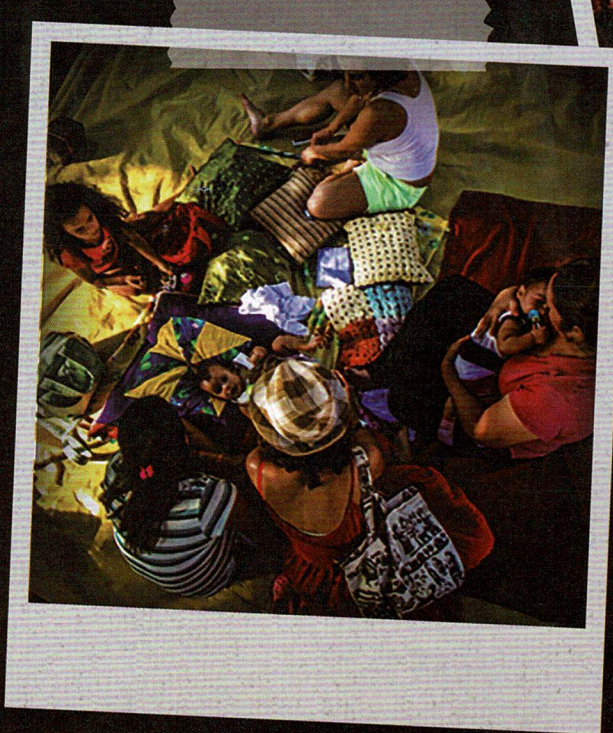
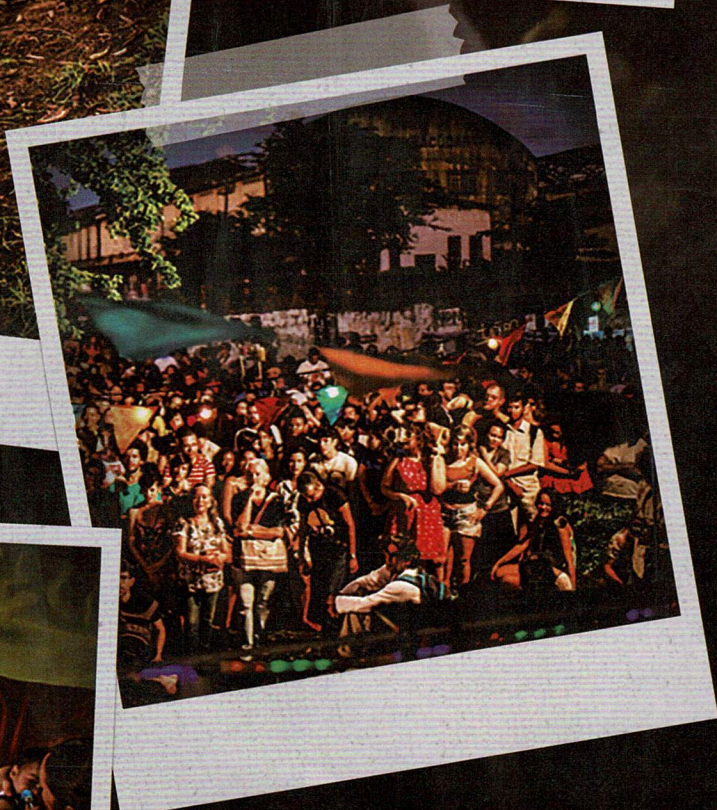
Estas foram as armas de uma verdadeira guerra cultural, no espaço virtual e nas ruas, contra uma cultura de cidade que certamente não é exclusiva do Recife, mas que aqui se acentua pela herança colonial: uma cultura que nasce da convergência de uma nova onda de mercantilização da cidade com a cultura nascida na casa

grande, de negação da rua, do espaço compartilhado e da mistura; a cultura de uma não-cidade, em que a elite se isola da plebe por trás dos muros dos condomínios e dos shoppings ou por trás dos vidros de suas SUVs.

Essa cultura sustenta uma estrutura de poder colonial, plutocrata, que desde os tempos das capitânicas concentra o destino de toda a cidade nas mãos da mesma meia dúzia de pessoas de sempre e que transforma governo atrás de governo em apenas um preposto de seus interesses. Retomando o slogan do Occupy Wall Street, que aconteceu apenas pouco meses antes do primeiro OcupaEstelita, podemos dizer que a luta em defesa deste pedaço de chão

MÉDIA NINJA





#OCUPE
ESTELITA

encarnou, simbolizou e territorializou uma luta dos 99% contra o 1% e assumiu a dimensão de uma luta pela democracia real, apontando para a necessidade de contestar essa estrutura de poder até hoje intocada.

E foi dessa forma que essa luta pelo Estelita encarnou uma defesa do direito à cidade em sua acepção mais radical. Vejamos as palavras do geógrafo marxista David Harvey (que, aliás, visitou o Cais José Estelita): “O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.” Ou seja, ele só existe plenamente quando reivindicado como um direito à autodeterminação,

à participação real, efetiva, radical no processo de urbanização e no usufruto de todas as possibilidades que a cidade abre. Temos que reivindicar a cidade como um Bem Comum, como uma obra coletiva, como algo criado e mantido continuamente por todas as pessoas que nela vivem. Tratar a cidade como um Bem Comum é negar radicalmente a sua redução a uma mercadoria e as diversas formas de privatização da Cidade.

O principal “produto cultural” do OcupeEstelita foi a própria ocupação e transformação o próprio Cais, tanto nos eventos festivos-políticos de um dia só, quanto na ocupação contínua que criou a Vila Estelita. Os armazéns, que os órgãos oficiais de preservação do patrimônio não quiseram reconhecer como de valor histórico em 2012, foram continuamente reapropriados e ressignificados a cada “ocupa”, ao

longo desses cinco anos. Transformaram-se em um mural reescrito em várias camadas pelas mais diferentes lutas que convergem na luta pelo direito à cidade, desde a luta feminista até a luta anti-proibicionista e até mesmo a luta contra o agronegócio. E, desta forma, a própria luta pela preservação do Cais o transformou em um patrimônio cultural a ser preservado.

Desse ponto de vista, a cultura assumiu um papel ainda mais decisivo. A forma mais radical de participação e de criar o comum é a transformação direta da cidade, é ocupar a rua e ressignificá-la.

A cultura foi meio e fim deste processo.



Leonardo Cisneros é professor de Filosofia da UFRPE. Ativista do movimento Direitos Urbanos e militante do PSOL-PE.

MÍDIA NINJA





1917 - 2017

Cem anos de luta de classe

José Luis Del Roio

Escrevo estas linhas poucas horas depois que uma maioria de senadores decretou o fim dos direitos trabalhistas no Brasil. Uma data maldita, que não deve ser esquecida. Dia 11 de julho de 2017. Como feras enlouquecidas, a serviço do capital e do imperialismo, atiraram-se contra os trabalhadores semeando dores, infelicidade e morte. Comprometendo o futuro do povo e destruindo a ideia da construção de uma nação.

Isto coincidiu com os cem anos de um acontecimento glorioso, quando mulheres e homens saindo de suas fábricas tornaram a greve insurrecional. Exatamente no 11 de julho de 1917. Depois de 40 dias do início da

paralisação no Cotonifício Crespi, na Mooca, o movimento se alastrou por toda a cidade. O comércio fechou as portas, os meios de transporte foram tomados pelos militantes, barricadas foram erguidas. As tropas da “Força Pública”, mesmo usando toda a violência da cavalaria, ficaram acuadas.

O Exército, que marchava rumo à cidade de São Paulo, vindo pelo Vale do Paraíba, parou o seu caminhar. Cidades após cidades do interior paulista aderiam ao movimento, que começou a se espriar por outros estados. O sangue correu, centenas foram presos e espancados, mas a muralha humana manteve-se firme. E finalmente, o governo federal, o governo estadual e os patrões tiveram que ceder e aceitaram negociar.

Os grevistas liderados pelo “Comitê de Defesa Proletária”, numa atitude ativa, recusaram-se a encontrar com os agentes do Estado e dos patrões, responsáveis diretos por assassinatos, mortos e prisões arbitrárias.

Com o impasse criado, um grupo de jornalistas foi o intermediário e, rapidamente, se chegou a um acordo;

A plataforma proposta pelos trabalhadores teve que ser engolida pelos donos do capital. Entre outros se contavam estes pontos:

- . Redução das jornadas de trabalho.
- . Proibição de trabalho infantil.
- . Proibição de trabalho feminino e de adolescentes nos horários noturnos.
- . Aumento salarial.
- . Liberdade para constituição de organismos representativos dos

trabalhadores.

Nenhuma demissão de grevistas.

. Anistia para os presos ativistas sociais.

. Criação de feiras livres, para aumentar o acesso aos bens alimentares.

Mas como será uma constante na história deste país, a classe dominante, no seu ódio de classe, começou imediatamente a tramar a vingança e a voltar atrás em relação à palavra dada. Poucas semanas depois, aproveitando-se do clima tenso criado pela possibilidade de entrada do Brasil na I Guerra Mundial, começa a caçada aos militantes mais ativos. Deportações de estrangeiros, condenações longas e infames a brasileiros, cerco e ataques às sedes operárias.

Apesar de tudo, a questão social não saíria mais da agenda política do Brasil.

Algo deve ser recordado e jamais esquecido: a formação e a evolução

**Algo deve
recordado e
jamais esquecido:
a formação e
a evolução da
classe dominante
no Brasil. Seus
lucros básicos
foram criados pela
desapropriação
e pelo genocídio
da população
autóctone**

da classe dominante no Brasil. Seus lucros básicos foram criados pela desapropriação e pelo genocídio da população autóctone. E pelo trabalho de negros e negras escravizados. Foram escravistas e continuaram sempre com a mesma mentalidade. Quando a força de trabalho do escravo não era mais lucrativa, jogaram nas periferias infectas das cidades os ex-escravos.

Importaram mão de obra europeia, composta de miseráveis das zonas mais pobres da Europa e os trituravam nos horários infinitos de labuta e maus tratos. Seus pensamentos estavam sempre nas grandes capitais europeias. De nacionais não tinham nada. A imensidão do espaço brasileiro e seu povo apenas serviam para enriquecer suas insaciáveis ambições. Cem anos depois, a cobiça continuou a mesma, mas piorou o "bom gosto". Atualmente sonham com Miami e Disneylândia.

OS GRAVES ACONTECIMENTOS DE S. PAULO



I) O comício no Largo da Sé : falla um operario, entusiasmadamente. II) Aspecto geral d'esse comício que foi dos primeiros. III) O enterro do operario Martinez, o primeiro que foi mortalmente ferido por bala : aspecto na rua 15 de Novembro, vendo-se o caixão carregado aos hombros pelos operarios. IV) Multidão seguindo o enterro.

Alguns representantes desta oligarquia ficaram famosos e mitificados como progressistas. Até hoje são citados com exemplos nos livros. Vamos falar apenas de um entre eles, como exemplo: Jorge Street. Era considerado pelos seus pares um esquerdista, que fazia concessões demais aos trabalhadores. Sobre o trabalho infantil escrevia: "Ainda aqui, os teóricos exageram os inconvenientes do trabalho da infância nas fábricas e desviam a opinião pública, generalizando alguns abusos, certamente praticados, que, no entanto, constituem antes exceções. Eu tenho nas fábricas que dirijo um grande número de crianças entre 12 a 15 anos, cerca 300, de ambos os sexos. Trabalham todas dez horas, como adultos."

O que surpreende é que, durante o decorrer das décadas, a grande burguesia brasileira continuou sempre antinacional, inimiga dos trabalhadores e racista. Seus teóricos procuraram justificar a especificidade brasileira e inventar que o povo é cordial e feliz. Mesmo que viva na exclusão e na miséria. Recordo-me que, quando muito jovem, trabalhei colaborando na formação de sindicatos rurais. Isto antes do golpe de 1964. A grande imprensa não aceitava que campo-

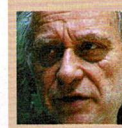
O que surpreende é que, durante o decorrer das décadas, a grande burguesia brasileira continuou sempre antinacional, inimiga dos trabalhadores e racista. Seus teóricos procuraram justificar a especificidade brasileira e inventar que o povo é cordial e feliz

neses pudessem ter qualquer tipo de organização ou apresentar reivindicações. E a resposta dos fazendeiros era frequentemente as balas dos jagunços. Com o golpe militar fascista consolidado, grandes empresários faziam a fila para doar fundos para os DOI-Codi dos diversos estados. Nos seus muros se torturava, opositores eram esfaqueados e assassinados. A cada morte os meios de comunicação mentiam e os donos do poder se regozijavam. Nunca suportaram governos petistas, levemente reformistas. Sempre abominaram qualquer política que respeitasse a soberania nacional ou a ascensão de parcelas da população negra.

Depois de cem anos, chegou o momento de dizer basta e comportar-se com a dignidade dos grevistas de 1917, que afirmavam que com esta classe dominante não compactuamos. Eles nos declararam guerra e guerra devem ter.

Queremos um país de livres, iguais e solidários. Queremos uma pátria para nos orgulhar. Para isso ainda temos que lutar muito.

Mas valerá a pena.



José Luis Del Roio
é diretor do Instituto
Astrojildo Pereira.



A GREVE DE 1917:

os trabalhadores entram em cena

Jane Barros Almeida

O livro de José Luiz Del Roio, *A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*, é uma importante contribuição para aqueles (as) que lutam e aprendem com a história, de modo a não dissociar teoria e prática. Sobretudo num contexto de centenário da Revolução Russa, e da primeira greve geral, sob uma grave crise orgânica vivenciada na sociedade brasileira. Resgatar a memória de luta da classe trabalhadora é condição para pensar o hoje. O “esquecimento político” não nos serve, já que é dotado de intencionalidade daqueles que contam a história, e necessitam mascarar a realidade para manter o modelo vigente de sociedade.

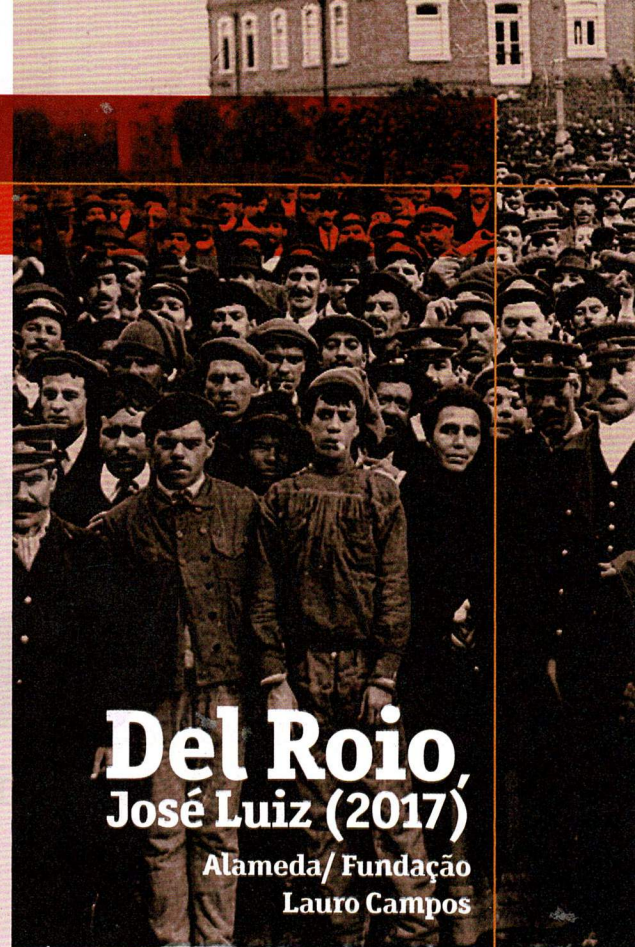
Um importante esforço foi despendido para contextualizar São Paulo e a construção da classe operária paulistana: desde a escravidão, a imigração europeia, até o processo de urbanização e industrialização, no qual a população de São Paulo cresceu vertiginosamente de 65 mil moradores em 1890, para mais de meio milhão de habitantes em 1917. A construção da classe combinou elementos do racismo e da ideologia do branqueamento, assim como refletiu a pressão do capitalismo internacional para a construção de mercado consumidor. Mas, para além das questões objetivas, Del Roio nos atenta para a contribuição no sindicalismo revolucionário, mais precisamente do anarcosindicalismo para a organização da luta operária no início do século XX.

Na caracterização do processo de construção da classe operária, Del Roio não se furtou a um olhar atento e cuidadoso acerca do debate gênero.

Um esforço em trazer ao centro a história das mulheres operárias, assim como a compreensão do seu “apagamento” histórico, fruto do patriarcado. Ou seja, um cuidado em não analisar a construção da classe de modo mecânico e superficial, romântico por vezes, capaz de mascarar importantes processos históricos.

Analisar a greve de 1917 não teria sido possível sem os elementos apontados anteriormente por Del Roio. A construção da greve, a mobilização dos (as) trabalhadores (as) e a articulação de solidariedade entre os ofícios e fábricas foram ingredientes importantes para a vitória de 1917. A análise do território, dos bairros da Mooca e Brás, assim como o intenso papel da imprensa operária, auxiliou na construção e na compreensão do processo de luta. Vitória esta conquistada a duras penas, mortes, retaliações e perseguições de lideranças, revelando o quanto a criminalização dos que lutam e dos movimentos é parte estruturante do sistema capitalista.

Por fim, de modo respeitoso, capaz de revelar o compromisso militante, José Del Roio aponta elementos de balanço com o objetivo de analisar os acertos e limites cometidos pelos trabalhadores, sobretudo sua liderança anarcosindical, ao subestimar o papel da luta política, o papel do Estado, a dimensão tática das eleições, do sufrágio, e a disputa dos trabalhadores pela hegemonia operária. Isso sem deixar de apontar a grande contribuição para a construção de um movimento sindical que passa a ser “estruturado por categorias profissionais, e não por ofício”, possibilitando condições para o surgimento do debate sobre parti-



Sem dúvida, [o livro de Del Roio é] uma luz em tempos de ataques aos direitos trabalhistas e as contrarreformas de um governo ilegítimo, ao nos lembrar do que a classe trabalhadora já foi capaz e do que ainda somos para transformar a história

do, ligado aos interesses dos trabalhadores, além de garantir liberdade sindical, aumento salarial de 20% e eliminação do trabalho infantil e do trabalho feminino no turno da noite.

Sem dúvida, uma luz em tempos de ataques aos direitos trabalhistas e as contrarreformas de um governo ilegítimo, ao nos lembrar do que a classe trabalhadora já foi capaz e do que ainda somos para transformar a história.



Jane Barros Almeida é professora da Unesp e integrante da direção nacional do PSOL.

O Capital de Karl Marx

quem mais o critica são os que nunca leram

Afrânio Boppré

Em 2017, faz 150 anos da publicação de *O Capital - Crítica à Economia Política* de Karl Marx (1818-1883). Concentrar-me-ei no conceito de “capital” e destaco que há neste artigo um misto de saberes de um militante socialista com alguém que em Marx se referencia academicamente, sem mitificá-lo.

Enfatizo, que, em vida, Marx conseguiu publicar somente o volume I (setembro de 1867) e em quarta redação.

As dificuldades eram de toda ordem: doenças que periodicamente o tiravam do combate; dedicação ao papel militante e organizador da luta dos trabalhadores (Marx foi secretário da I Internacional - Associação Internacional dos Trabalhadores); perseguições políticas e inclusive dificuldades de subsistência. Por essas e outras razões, o projeto de *O Capital* ficou inacabado e coube a Friedrich Engels a publicação dos demais volumes, que Marx havia deixado encaminhado. Quem folheia o livro, não imagina o tamanho do empreendimento do autor. Refiro-me ao ineditismo da construção científica,

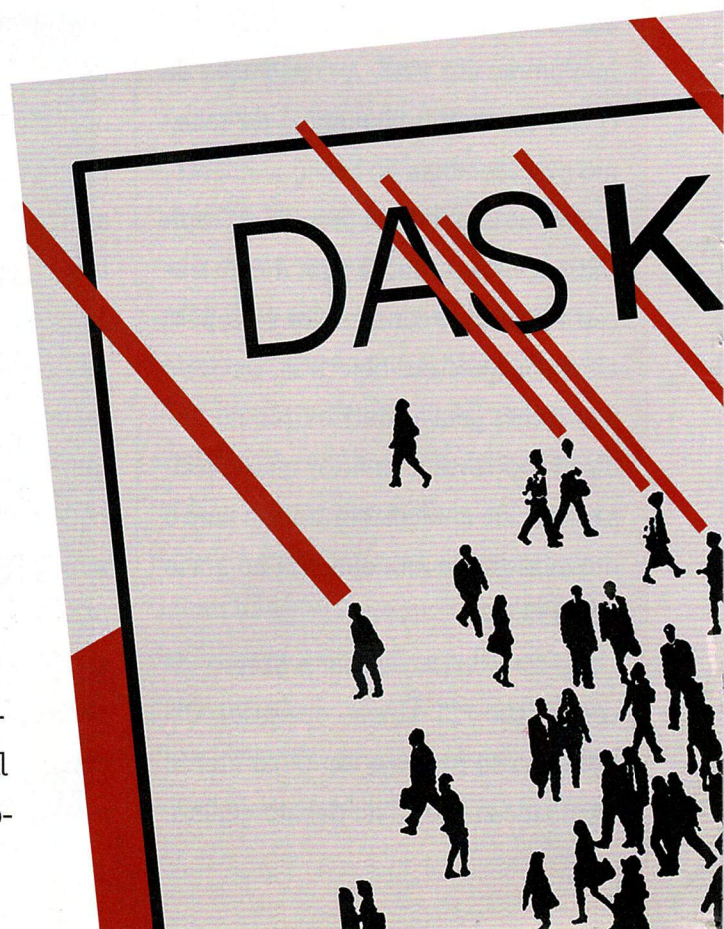
suas descobertas, seu desprendimento e seu poder crítico com relação às ideias de seu tempo, sua disciplina, seu método e sua capacidade cognitiva.

O que notabilizou Marx em *O Capital* foi sua genial competência para desvendar o segredo, o lado oculto da realidade social no qual estava inserido. É impossível falar de “capital” sem reconhecer que está nele contida a interpretação de Marx, que decodificou o capital propriamente dito. Eis sua atualidade.

Entendeu sua gênese, suas leis de funcionamento, sua capacidade destruidora e, dialeticamente, criativa. Ao localizar no capital a sua forma afirmativa tendente à expansão também identificou nele a possibilidade real de sua negação. O épico e revolucionário marxiano está na capacidade de engendrar metodologicamente os fundamentos estruturais do capital e inaugurar conceitos relacio-

nados entre si. Conceitos que isoladamente ajudam no entendimento das coisas, como mais-valia, por exemplo, mas que sem a conexão com a totalidade perdem força.

O capital é anterior ao capitalismo e, nas experiências que já conhecemos, é também pós-capitalista. Mészáros nos ensina que “[...] o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital. O capitalismo é um objetivo relativa-



mente fácil nesse empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário [...]. Ao fazê-lo você colocou um fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital.” (1995). *O Capital* nasce por dentro do modo de produção anterior, a partir de uma acumulação originária, primitiva, que divorcia o produtor individual e disperso dos meios de produção, destituindo-o de sua propriedade. Destrói a propriedade atomizada de muitos e consagra a propriedade gigantesca de poucos. Em suma, esta passagem que acontece por meio da expropriação da grande massa do povo por métodos violentos, vis e torpes é a pré-história do capital. Para Marx, “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.” (2001). Segundo Gorender “[...] é uma acumulação de capital feita por meios não-capitalistas, feita ainda dentro de sociedades pré-capitalistas [...]. Tal acumulação originária

serviu como ponto de partida para o surgimento do capitalismo.” (1997). Deste ponto, o capital impõe inerentemente a si uma dinâmica enquanto valor-que-se-valoriza e não há fuga sem ruptura com ele mesmo. No capítulo VIII, do Livro I, Volume 1, Marx define: “[...] o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente.” (2001). Compreender a distinção entre capital, capitalismo e capitalista é primordial. A confusão que se faz entorpece o debate da estratégia sobre transição para o pós-capitalismo.

A obra que comemoramos, mesmo que aberta, contém uma vasta pesquisa, descobertas imperiosas e articuladas entre si. No dizer de Engels “[...] não houve um campo sequer que Marx deixasse de submeter à pesquisa – e esses campos foram muitos – e não se limitou a tocar de passagem em qualquer um deles [...]” (1976).

É fato que a partir de *O Capital*, dada sua profundidade e capacidade explicativa, a história da humanidade cindiu-se em antes e depois de sua publicação. Por sua força intrínseca espalhou-se por todas as partes do mundo, bibliotecas, línguas, partidos políticos, universidades e círculos intelectuais, sejam de esquerda ou de direita. As ideias de Marx, por estarem assentadas em seu método revolucionário de

interpretação da realidade (materialismo histórico e dialético), produziram força social e política influenciando a história da humanidade. Côncios do advento, Marx e Engels desferiram: “Os filósofos até agora limitaram-se a interpretar o mundo; de agora em diante é preciso, pelo contrário, transformá-lo.” (*apud* Marx, 1985). Sabiam que haviam produzido uma ferramenta que, além de interpretativa, trazia consigo um potencial transformador. O livro foi escrito com o propósito de desconstruir e superar o capital, no entanto, mesmo em meio à sua crise profunda atual ele persiste e nos desafia.

Obs: Para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados por Marx para a construção da obra *O Capital*, sugiro a leitura do artigo de Enrique Dussel, intitulado *As quatro redações de O Capital (1857-1880): rumo a uma nova interpretação do pensamento dialético de Marx*. In: **MARXISMO: TEORIA, HISTÓRIA E POLÍTICA**. Organizadores: Luciana Aliaga, Henrique Amorim e Paula Marcelino. São Paulo: Alameda, 2011 306 p.

Referências Bibliográficas

- GORENDER, Jacob. A atualidade de *O Capital*, de Karl Marx. In: SECCO, Lincoln e SANTIAGO, Carlos (Org.). **UM OLHAR QUE PERSISTE**. Ensaios Críticos sobre o Capitalismo e Socialismo. Editora Anita Garibaldi, São Paulo – SP, 1997. (17-28).
- MARX, Karl. **O CAPITAL**. Crítica da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 2001. (pág. 828).
- ENGELS, Friedrich. Discurso diante da sepultura de Marx. In: Karl Marx e Friedrich Engels Textos 2. Editora Alfa-Omega LTDA. São Paulo – SP, 1976. (213 e 214).
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de *O CAPITAL*: Resultados do Processo de Produção Imediata. EDITORA MORAES LTDA. São Paulo – SP, 1985. (pág. 10)
- MARX, Karl. **O CAPITAL**. Crítica da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 2001. (pág. 271).
- MÉSZÁROS, István. **O MARXISMO HOJE: ENTREVISTA COM ISTVÁN MÉSZÁROS**. In: **CRÍTICA MARXISTA**. Vol. 1, n. 2. EDITORA BRASILIENSE S.A.. São Paulo – SP, 1995. (129 – 137).

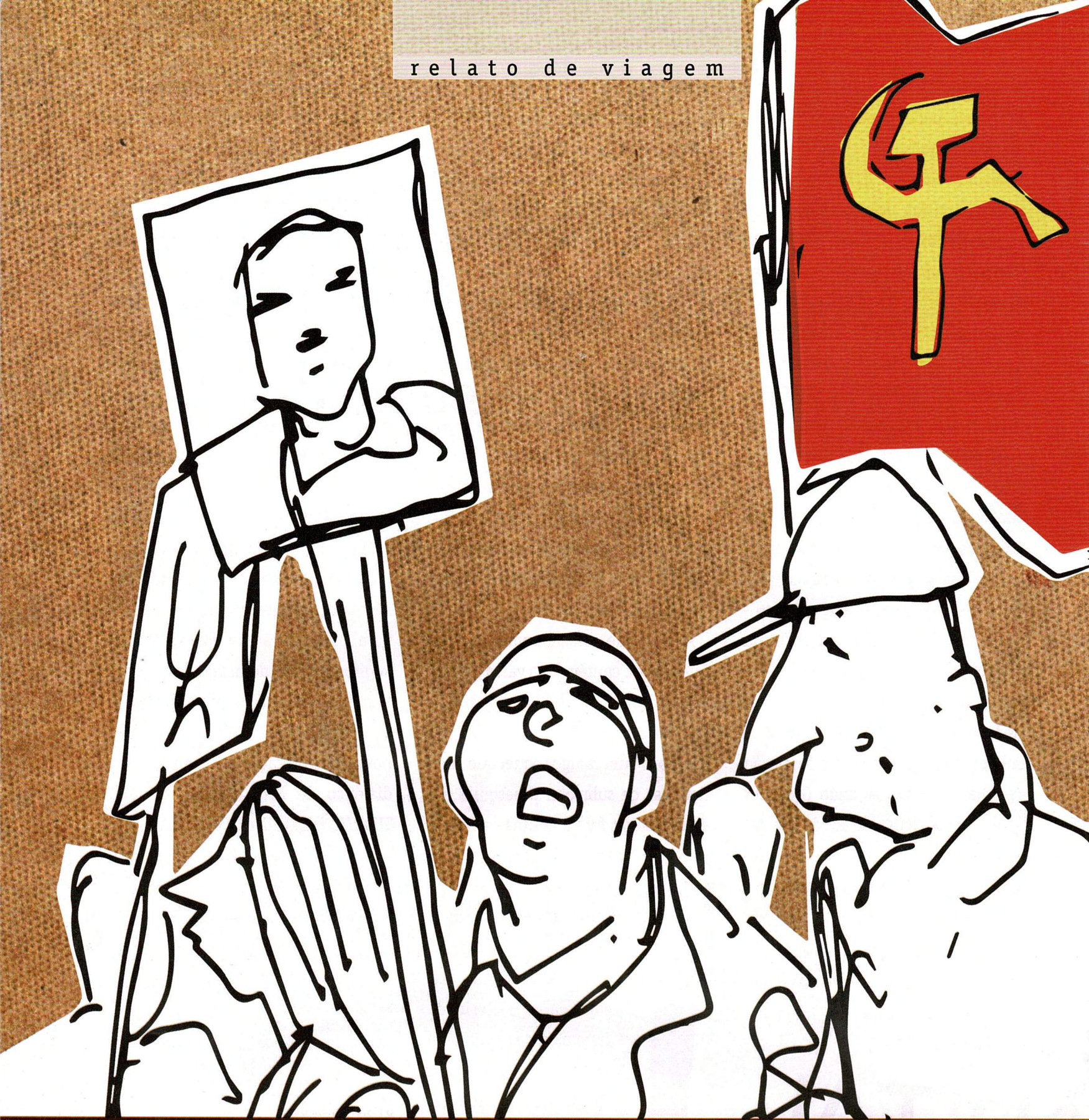


Afrânio Boppé é vereador do PSOL em Florianópolis.



REPRODUÇÃO

relato de viagem



O que resta de socialismo na Rússia?

Impressões ligeiras de uma
viagem ao Leste Europeu

МОЖЕВ
04-05.17



Desfile de comemoração do dia da vitória (9 de maio), na avenida Tverkaya

Gilberto Maringoni

Queria ter feito como Tintin, que foi ao país dos soviets. Esse é o título de uma história em quadrinhos de 1928. Nela, o personagem de Hergé e seu cãozinho Milu traçam um quadro de puro precon-

ceito em relação à Revolução Russa, então com 11 anos de idade, no início da coletivização e dos planos quinquenais.

Cheguei atrasado. Viajei por um mês, em maio deste ano, e não há mais soviets. Eu me limitei a duas cidades, Moscou e São Petersburgo (a antiga Lenin-

grado), o berço da revolução.

Quem for para lá em novembro, esperando assistir às comemorações pelos cem anos da chegada dos bolcheviques ao poder pode se decepcionar. "O tema central de todos os eventos comemorativos deve ser a ideia de reconciliação",

escreveram os repórteres Ilya Barabonov, Taisia Bekbulatova, Natalia Korchenkova no jornal Kommersant, em 20 de dezembro de 2016. E seguem adiante: “A Sociedade Histórico-Militar Russa, que centralizará as iniciativas oficiais das comemorações, afirma que as festividades devem ser marcadas pela ‘reconciliação entre descendentes dos brancos e vermelhos’”. Citando fontes da entidade, o periódico diz que “O centésimo aniversário da Revolução coincide com cem anos do Patriarcado (A Igreja Ortodoxa Russa recuperou o posto do Patriarca em 1917), por isso este aspecto também não será esquecido”. O governo vê nos eventos de outubro daquele ano um tema incômodo para maiores celebrações:

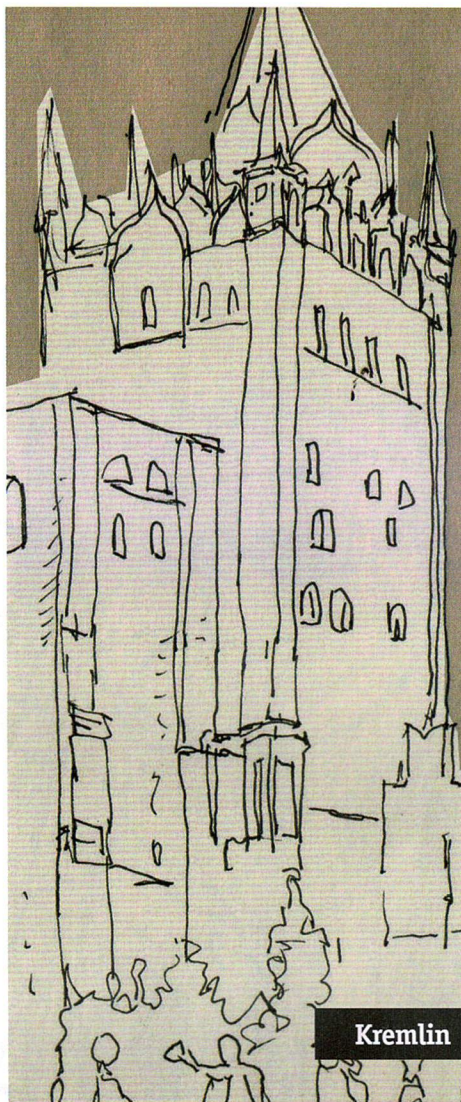
Apesar disso, vale tentar saber o que resta dos 74 anos de vigência do regime socialista (1917-1991) e das profundas transformações operadas nesse país de 145 milhões de habitantes e classificado como a sexta economia do mundo.

O CZAR E STÁLIN

“São Petersburgo é a cidade do czar e Moscou é a cidade de Stálin”, define Nadya Bobyleva, uma arquiteta de 29 anos. A classificação parece certa.

A primeira foi construída sob a batuta de Pedro, o Grande (1672-1725), o modernizador do império que almejava erigir um Estado nos moldes do absolutismo europeu. O czar decidiu implantar São Petersburgo como capital no Noroeste da Rússia, às margens do Rio Neva e próximo ao Mar Báltico. Uma localização estratégica diante da Europa e do mundo nórdico.

Para realizar o plano urbanístico da cidade, Pedro contratou arquitetos franceses e italianos que desenharam um centro urbano em quase tudo semelhante a Paris. Berço da revolução,



**Berço da
revolução, a
cidade é pontuada
por marcos
das disputas
de outubro de
1917, como a
Estação Finlândia
- na qual Lenin
chegou em
abril daquele
ano -, o antigo
instituto Smólni
- que abrigou os
bolcheviques a
partir do segundo
semestre**

a cidade é pontuada por marcos das disputas de outubro de 1917, como a Estação Finlândia - na qual Lenin chegou em abril daquele ano -, o antigo instituto Smólni - que abrigou os bolcheviques a partir do segundo semestre -, pelo cruzador Aurora - que disparou seus canhões na manhã da tomada do Palácio de Inverno - e pela Fortaleza de Pedro e Paulo, em cujos cárceres vários revolucionários foram trancafiados desde o final do século anterior. Apesar de inegavelmente bela, há um ar de déjà vu em tudo aquilo. São Petersburgo não prima pela originalidade arquitetônica.

A CIDADE MONUMENTAL

Moscou é radicalmente diversa. Pode-se não apreciá-la, mas não se conhece nada igual.

Stalin e o governo soviético, entre os anos 1920-50, fizeram da capital o modelo de uma metrópole moderna e planejada, a um custo humano brutal, em um país agrário que teve a mais rápida passagem para uma sociedade industrial em toda a história.

Mais de 200 estações de metrô - um dos maiores do mundo - foram construídas entre 1935 e 1970, sem poupança interna, sem crédito externo e sem tecnologia para tanto. As estações - boa parte revestida de mármore e com detalhes em bronze e aço - formam uma obra de arte singular, numa urbe com um eficiente serviço de transporte público. Há uma profusão de estátuas e altos relevos de Lênin e de outros dirigentes, bem como de soldados e guerrilheiros, mulheres e homens em quase todas elas.

A antiga Meca do socialismo tinha que exaltar a grandiosidade dos trabalhadores em cada esquina. E assim foi feito. A concepção oficial era a de construir “palácios para o povo”. A iniciativa tinha suas razões. O país exibe

inúmeros palácios aristocráticos pré-revolução, com uma ostentação quase agressiva de fausto e riqueza. Daí as estações terem requintes de luxo.

As marcas físicas da Era Soviética estão por toda parte. Além do metrô, podem ser vistas em edifícios e em boa parte dos mais de 250 parques públicos e áreas verdes da cidade.

O centro da metrópole surpreende pela monumentalidade. Em geral, quem vai a Paris se derrete diante da avenida Champs-Élysées e de outras largas vias abertas pelas reformas de Haussmann, depois da Comuna, nos anos 1870. Moscou vai além: existem pelo menos 10 ou 12 artérias com mais de 70 metros de largura.

Há uma espécie de brutalismo socialista a dominar o horizonte. No livro *Stalinist architecture* (Laurence King Editor, 1992), os arquitetos Alexei Tarkhanov e Sergei Kavtaradze apontam: "Logo após a Revolução, surgiu a ideia da construção de superedifícios, que teriam o papel de marcar o novo papel do proletariado como classe dominante, tanto no país e no exterior".

O desenho de um novo plano urbanístico – destinado a superar a acanhada cidade traçada nos primórdios do século XIX, após a invasão napoleônica – começou a ser debatido no início dos anos 1920. Só se transformou em projeto na primeira metade da década seguinte. O objetivo era possibilitar que a capital de 3,5 milhões de habitantes fosse capaz de abrigar até cinco milhões nas três décadas seguintes.

A partir daí, começaram a pipocar nas áreas centrais edifícios de estilo eclético, que tinham em comum a aparência imponente e uma noção de solidez e perenidade. Nem todos primam pelo bom gosto, mas expressam a ideia de um poder duradouro.

A maioria deles está situada em pontos estratégicos, a exemplo das Sete

Irmãs, unidades gigantescas espalhadas por bairros centrais e destinadas a abrigar órgãos públicos e a Universidade de Moscou.

A zeladoria urbana enfrentou sérios problemas de degradação nos anos 1980-90, com a crise econômica vivida pelo país. Isso mudou. Há uma recuperação constante de edifícios históricos, áreas verdes e vias radiais, que fazem do lugar um canteiro de obras interminável. Embora o transporte público cubra toda a extensão urbana – com bilhetes a um dólar – o sistema parou de crescer nas últimas três décadas. Mesmo assim, não é nada que se compare à estação Sé, em São Paulo, em horários de rush.

SOFRIMENTO E BEM-ESTAR

Para uma população que enfrentou sofrimentos indizíveis entre a revolução e o início dos anos 1950 – fome, guerra civil, coletivização da agricul-

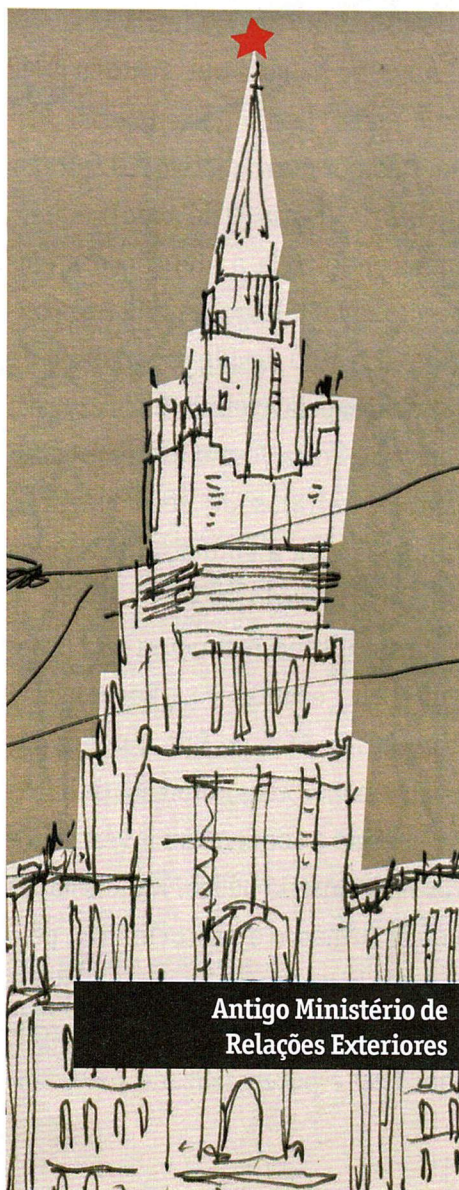
tura e a invasão alemã –, a sensação de bem-estar chegou apenas no segundo pós-guerra (1945).

A partir daí, uma tarefa gigantesca foi colocada pela administração pública: zerar o déficit habitacional, meta atingida em menos de uma década. Edifícios de apartamentos foram construídos em bairros por vezes distantes do centro e podiam não ser bonitos ou da melhor qualidade. Mas ninguém ficou sem teto.

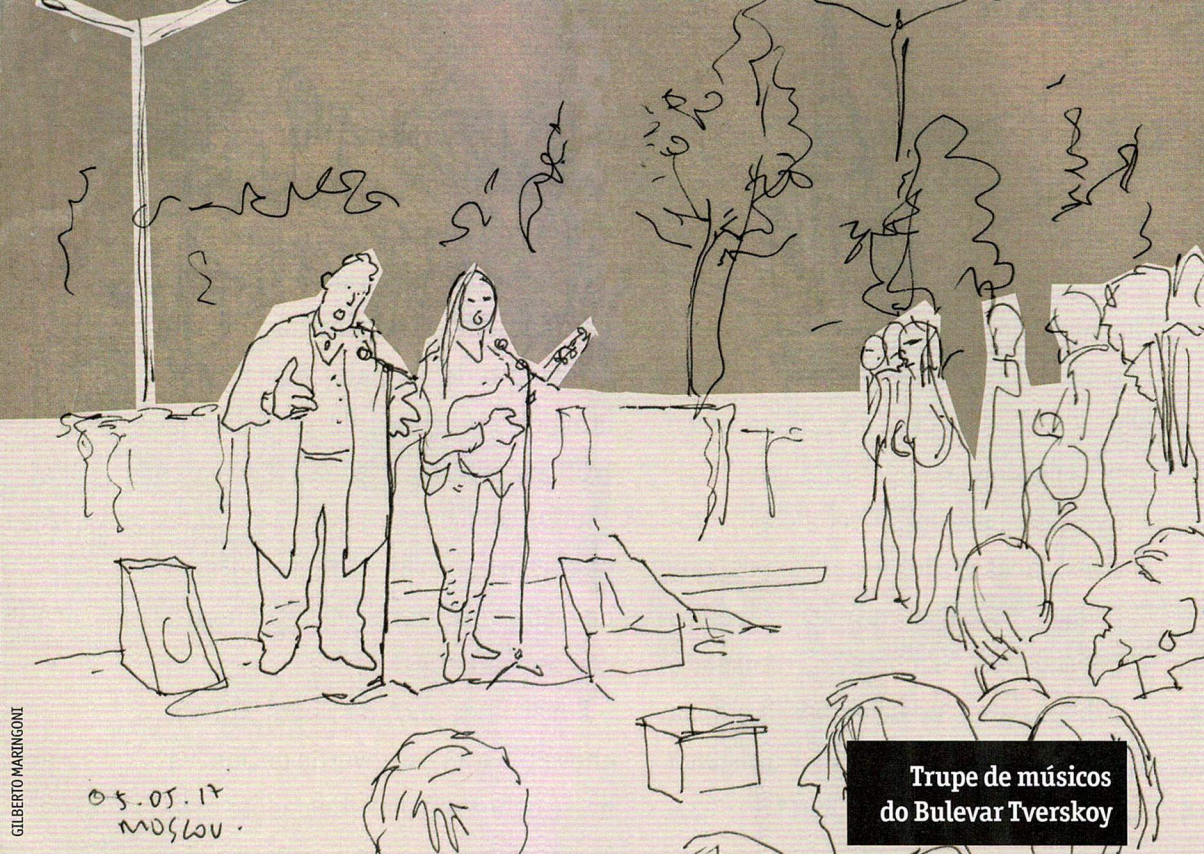
E mais: nos anos de Nikita Khrushchev (1953-64), o governo decidiu valer-se de um ativo relativamente barato e abundante – a terra – e possibilitar a cada família trabalhadora a posse de uma casa de campo, ou dacha. Existem até hoje, aos milhares, nos arredores da capital. São construídas em terrenos minúsculos e boa parte não está em boas condições. Mas seu uso é intenso. Isso torna as saídas da cidade um inferno nos finais de semana.

Hoje, um problema social está prestes a explodir. Sob a alegação de risco de desabamento, a prefeitura aprovou no início do ano uma lei determinando a paulatina demolição das antigas moradias e sua substituição por prédios novos. Há uma desconfiança generalizada por parte da população. Várias dessas construções estão situadas em áreas valorizadas e dois problemas se colocam: o receio de gentrificação dos bairros, com expulsão dos pobres para áreas ainda mais distantes, e a impossibilidade da compra das novas unidades.

Moscou é muito mais segura do que Rio de Janeiro, São Paulo ou qualquer outra metrópole brasileira. Mas nem sempre foi assim. Boris Yeltsin (1991-1999) e seu primeiro-ministro, o ultraliberal Yegor Gaidar, levaram o PIB a desabar quase 50% em relação à década anterior. A tensão social explodiu e a criminalidade também.



Antigo Ministério de
Relações Exteriores



UM EX-KGB NO COMANDO

A Rússia dos anos de Vladimir Putin deixou aquele período para trás. Centralizador, autoritário e partidário de um desenvolvimentismo conservador, Putin inviabilizou a oposição ultraliberal, escanteou a esquerda mais radical e controla firmemente o parlamento. Seu grupo não dá sinais de sair do poder tão cedo. Voltar a ter a estabilidade social de décadas anteriores foi algo obtido nem sempre com boas maneiras.

O consultor político Evgeny Minchenko, no texto *Polítburo 2.0* e a Rússia pós-Crimeia, encontrável na internet, chama a atenção para um detalhe da atual organização institucional. Putin e mais dez dirigentes – entre eles o primeiro-ministro Dmitri Medvedev – comandam o país de forma muito semelhante ao antigo poder soviético. O presidente não seria um líder unipessoal, mas um árbitro de interesses setoriais.

A popularidade do ex-agente da KGB é alta internamente. Ele é visto como o homem que devolveu à Rússia o orgulho nacional e colocou ordem na casa – no bom e no mau sentido da expressão. Se há contes-

tações pontuais – e por vezes explosivas – ao autoritarismo governamental, a política externa é unanimidade nacional.

As ações na Ucrânia e na Síria são vistas como a reafirmação das glórias da II Guerra Mundial, quando, praticamente sozinha, a ex-URSS derrotou o nazismo em seu território.

Aliás, se há algo que Putin maneja com maestria é o nacionalismo russo. Não por outro motivo, os festejos do Dia da Vitória (9 de maio) seguem merecendo toda a atenção e o empenho oficial. É um sentimento concreto e real. O desfile espontâneo de familiares pela Avenida Tverskaya em direção à Praça Vermelha nesses dias, com os retratos de seus mártires, funde-se com a emulação patriótica de construção do Estado.

E este último recuperou sua proeminência econômica. Responsável por mais de 55% do PIB, o poder público recuperou as empresas públicas de energia e concentrou investimentos na indústria bélica. Na Rússia, as Forças Armadas e o setor militar, pelo próprio histórico do conflito contra o nazismo, se tornaram fator de orgulho. Isso é potencializado pelo con-

traste com o sucateamento ocorrido nos anos Yeltsin.

Há problemas sérios que não são enfrentados. A alíquota fiscal para pessoas físicas é única – 15% –, o que torna o sistema tributário regressivo numa economia na qual a desigualdade social aumenta aceleradamente. Embora tenha vivido uma recessão nos últimos cinco anos, a recuperação tem sido lenta, mas de certa forma segura, por força da recente elevação dos preços do petróleo.

Não é apenas Putin quem goza de altos índices de aprovação. Sorte semelhante tem Stalin. Para 38% dos russos, ele é a figura mais importante da história mundial, segundo pesquisa do Centro Levada, divulgada em junho último.

Etnicamente, há uma divisão clara: brancos eslavos compõem as classes alta e média; imigrantes da Ásia Central formam o contingente de trabalhadores de menor qualificação, trabalhando em restaurantes, construção civil e serviços pesados de limpeza urbana. Esses, em geral, não têm proteção social alguma e vivem o inferno de ausência de regras trabalhistas.

O país não é mais o dos soviets. Há problemas imensos na cena atual. Mas para quem se formou politicamente tendo o socialismo como norte, a viagem vale a pena. Até para que o senso crítico seja afinado.



Gilberto Maringoni é professor de Relações Internacionais da UFABC e diretor da Fundação Lauro Campos. Foi candidato do PSOL ao governo de São Paulo (2014).

Prêmiação da Exposição "a nova arte política"

Do dia 1 a 22 de julho a FLC promoveu em sua sede a exposição "A nova arte-política", que contou com 40 obras em diversos suportes. Foram selecionados 26 artistas dentre os mais de 80 que se inscreveram para participar. Abaixo, as obras premiadas pela curadoria e pelo público. Confira o catálogo completo da exposição no endereço <http://laurocampos.org.br/solarcultural/a-nova-arte-politica/>



Prêmio da curadoria

AS QUE COMANDAM VÃO DE TRÁ! . 2017 .
por Herontico . A3+Photo+Arte Digital . Bahia

Prêmio do público

NENHUMA SOLUÇÃO VIÁVEL, 2017
por OMORORÓ . bordado sobre tecido de algodão cruí . São Paulo
(com 11% dos votos)



Revista **Socialismo e Liberdade**

A Revista Socialismo e Liberdade completa um ano de sua nova fase e já temos muito o que comemorar.

Nessa retomada, chegamos aos 50 mil exemplares distribuídos Brasil afora, através de sete edições regulares. Ao todo são mais de 360 páginas com a contribuições de dezenas de autores, convidados a analisar o Brasil e o mundo sobre diferentes panoramas.

